

CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DA MICRORREGIÃO
FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL - RS**

Rosalice Silva Spies

Santa Cruz do Sul, julho de 2000

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DA MICRORREGIÃO FUMICULTORA
DE SANTA CRUZ DO SUL - RS

Rosalice Silva Spies

Dissertação apresentada à Coordenação de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Dinizar F. Becker

Santa Cruz do Sul, julho de 2000

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha gratidão a todos que me ajudaram na elaboração desta dissertação. Agradeço em especial ao meu orientador Prof. Dr. Dinizar F. Becker, que com o seu exemplo, carinho, amor e dedicação foi decisivo para a concretização deste trabalho.

Agradecimentos muito especiais a duas pessoas que são a luz da minha vida, meus amados pais, pela força, confiança, incentivo e amor, ao Eduardo, que com seu amor e companheirismo me incentivou muito nos momentos mais difíceis.

Finalmente, agradeço a Capes pelo apoio financeiro.

LISTA DE TABELAS

5

Tabela 1: Produção Agrícola de Santa Cruz em 1864.....	25
Tabela 2: Exportação de Santa Cruz em 1864.....	25
Tabela 3: Produção Agrícola de Santa Cruz em 1865/1866.....	27
Tabela 4: Empreendimentos Artesanais de Santa Cruz em 1864.....	29
Tabela 5: Empreendimentos Artesanais de Santa Cruz em 1868.....	29
Tabela 6: Profissões da Colônia de Santa Cruz no ano de 1864.....	30
Tabela 7: Profissões da Colônia de Santa Cruz em 1868.....	31
Tabela 8: Exportação da Colônia de Monte Alverne em 1876.....	32
Tabela 9: Exportação da Colônia de Santa Cruz em 1873.....	33
Tabela 10: Exportação de Santa Cruz em 1876.....	33
Tabela 11: Indústrias e Profissões Lotadas pela Municipalidade de Santa Cruz no ano de 1889.....	40
Tabela 12: Produtos Exportados por Santa Cruz em 1901.....	42
Tabela 13: Produtos Expedidos por Santa Cruz em 1905.....	44
Tabela 14: Fábricas e Oficinas do Município em 1910.....	45
Tabela 15: Quadro Estatístico da Exportação de Produtos Tributados por Santa Cruz em 1914.....	49
Tabela 16: Estrutura da Produção Industrial no Rio Grande do Sul (em CR\$ 1.000 a preços de 1949).....	53
Tabela 17: Indústrias e Profissões Lotadas Pela Intendência Municipal de Santa Cruz no ano de 1918.....	53
Tabela 18: Produtos Exportados por Santa Cruz em 1921.....	56
Tabela 19: Indústrias e Profissões Lotadas pela Intendência Municipal de Santa Cruz no ano de 1921.....	57
Tabela 20: Produção Agrícola de Venâncio Aires em 1927/1928.....	59
Tabela 21: Produção Agrícola de Venâncio Aires nos Anos de 1938/1939.....	64
Tabela 22: Produção Agrícola de Candelária nos anos de 1938/1939.....	64
Tabela 23: Produção X Consumo de alguns produtos em Santa Cruz do Sul no ano 2000.....	95

LISTA DE FIGURAS

1 – Mapa da área colhida de fumo (ha).....	86
--	----

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade definir os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que no processo de desenvolvimento da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, possibilitaram e influenciaram na especialização produtiva regional. Para tanto, fez-se um resgate do processo de desenvolvimento histórico desta Microrregião através de pesquisas em vários livros que abordam o assunto, bem como coleta de dados em correspondências e estatísticas da época. Além disso, este olhar crítico e minucioso nos acontecimentos passados, permitiu o conhecimento das limitações e potencialidades locais que poderão instrumentalizar os atores políticos regionais na definição dos setores produtivos propícios à alocação de investimentos. Os resultados obtidos com este trabalho apontam como principais fatores determinantes da especialização produtiva regional a falta de uma política de crédito rural até o ano de 1965; o financiamento e custeio da safra pelas empresas fumageiras multinacionais (a partir de 1920), bem como a vinda destas empresas para a região trazendo novas tecnologias produtivas que possibilitaram a qualificação e melhor produtividade do produto local, adequando-o às exigências do mercado internacional; o bom preço pago pelo fumo em relação aos demais produtos agrícolas regionais como feijão, batata, mandioca, milho e etc.; a escassez de capital e mão - de - obra abundante, já que o fumo é uma cultura intensiva em trabalho e se adapta às condições climáticas e geográficas da região; a instituição da Associação dos Fumicultores do Brasil, que implantou o seguro mútuo e assim diminuiu os riscos da produção desta cultura.

ABSTRACT

The present work has as finality to define the politic, economic, social and cultural facts that in the process of development of the Santa Cruz do Sul – RS Tobacco Region, made possible and influenced the regional production specialization. In order to get such results, we did a rescue of the regional historic development process through several searches in books that approach the subject as well as data collect in mails and statistics of the period. Besides that, this critic and thorough look in the pass events, allowed the knowledge of the local limitations and potentialities that might come to instrument the regional politic actors in the definition of the productive sectors propitious to investments alocation. The obtained results with this work point as principal determinant facts of regional productive specialization the lack of a rural credit politic until the year of 1965; the financing and funding of the crop by the multinational tobacco companies (since 1920), as well as the coming of these companies to the region bringing new productive tecnologies that made possible the qualification and better productivity of the local product, appropriating it to the international market demands; the good price payed for the tobacco when compared to the rest of the regional products as bean, potato, cassava, corn and etc.; the shortage of capital and abundant labour, since the tobacco is a culture labour intensive and adapt better to the regional climatic and geographic conditions; the institution of AFUBRA, that introduced the mutual secure and reduced the risks of the tobacco production.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	4
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO - ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL: DO DESENVOLVIMENTO DIVERSIFICADO À ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	19
2.1 A Policultura como base originária e constituinte de uma economia colonial diversificada (1849-1917).....	20
2.2 Da economia colonial diversificada à economia fumicultora: o longo caminho da especialização (1917-1966).....	50
2.3 A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS (1967-...).....	73
3 ESPECIALIZAÇÃO X DIVERSIFICAÇÃO: LIMITES E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	92
CONCLUSÃO.....	107
ANEXOS.....	112
ANEXO A – TABELAS	113
ANEXO B – MATRIZ DE INSUMO – PRODUTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO	116
ANEXO C – MATRIZ INVERSA DE LEONTIEF.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

A contínua integração da economia mundial não tem resultado numa redução das desigualdades entre países e regiões. Ao contrário, o acirramento da concorrência em nível internacional tem ocasionado um incremento das disparidades internacionais e, sobretudo, inter-regionais. Mesmo no interior dos países desenvolvidos, assumem uma posição de destaque aquelas regiões cujo sistema produtivo se encontra articulado internamente e apoiado por uma série de fatores externos que permitem a obtenção de elevados níveis de competitividade nos mercados globais (Meneses, 30 abril de 1998).

Essa constatação denota um fenômeno aparentemente contraditório da globalização: o fortalecimento do papel das regiões e mesmo de espaços localizados. Assim, quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores. Pois, à medida que o mundo se integra economicamente, as suas partes componentes estão se tornando mais importantes. De uma só vez, a economia global está crescendo, enquanto o tamanho das partes está encolhendo (Naisbitt, 1994). Ou seja, na medida que os lugares se tornam mundiais, ainda que cada vez mais diferentes entre si, formam uma totalidade concreta, empírica, a partir das diferentes funções presentes em cada lugar (Silveira, 1997).

Nessa perspectiva, é preciso pensar local e agir globalmente. Para tanto, é necessário que se tenham informações transformadas em conhecimentos sobre e para o desenvolvimento da região, tendo em vista que cada região possui uma dinâmica própria, com o que acabam adquirindo especificidades próprias que passam a exigir teorias, também próprias, para explicar e compreender o desenvolvimento do lugar (Becker, 1999).

Evidencia-se, portanto, que vive-se um momento em que o conhecer-se assume uma função proeminente e que demonstra a relevância de cada porção da superfície terrestre, onde regiões articuladas internamente assumem posição de destaque e onde o global encontra o seu contraponto na emergência do regional e do local.

Nesse contexto, a análise do processo de desenvolvimento histórico da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS¹ é objeto do presente estudo. Essa região caracteriza-se por ser especializada e altamente dependente do setor fumicultor, fato que a torna vulnerável a oscilações no mercado internacional deste produto. Através da análise da matriz de insumo-produto regional² obtivemos dados que demonstram que a Região é especializada e extremamente dependente da cultura do fumo, e, além disso, mantém relação de articulação mais intensa externamente do que internamente. Um dado impressionante é que o fumo participa em 64,63% na renda agregada regional e o segundo setor que se destaca é o agropecuário, com uma participação de apenas 12,56% na renda agregada regional.

Portanto, diante destas constatações, a análise do processo de

¹ Segundo dados do IBGE essa Microrregião é composta pelos seguintes municípios : Agudo, Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Cerro Branco, Gramado Xavier, Ibarama, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. Considerou-se pertencentes à Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul-RS todos os municípios que situam-se na Região de Santa Cruz do Sul e que cultivam fumo em mais de 60% dos estabelecimentos rurais.

² SPIES, Rosalice Silva. *O impacto de uma variação na demanda regional final sobre a produção do Vale do Rio Pardo - RS*. Santa Cruz do Sul: Curso de Ciências Econômicas da UNISC, 1997. (Monografia apresentada para graduação em Economia).

desenvolvimento histórico da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS, propiciou o conhecimento da estruturação econômica, política, social e cultural atual, possibilitando assim a apreensão das potencialidades e limitações regionais.

Segundo Clemente (1991), o termo região é empregado em situações muito diversas, apresentando uma variedade de significados possíveis.³ De qualquer forma, a primeira idéia referente a região é de certa uniformidade ou homogeneidade, e na Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS é a produção de fumo na sua zona rural que determina essa uniformidade.

A Região Fumicultora por excelência⁴ - Venâncio Aires, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Candelária - foi colonizada por imigrantes alemães vindos principalmente da Pomerânia e Renânia⁵. A colonização no Sul do Brasil teve o papel de diversificar e desenvolver a atividade agrícola, bem como substituir gradualmente a mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre e povoar o território até então desabitado.

A exploração agrícola da região se estabeleceu com base na pequena produção e na força de trabalho familiar (Karnopp, 1995). A unidade familiar dos imigrantes instalados nessa região produzia praticamente tudo o que necessitava, dependendo apenas esporadicamente do mercado. A não existência de uma estrutura econômica anterior e o relativo isolamento da área levaram os pequenos produtores familiares a organizarem uma economia de subsistência não somente de alimentos, mas também de roupas e utensílios (Roche, 1969).

Na retrospectiva histórica do pequeno produtor familiar, pode-se afirmar que ele desempenhou um papel significativo na sociedade, demonstrando que a

³ Como esta discussão não faz parte do presente trabalho indica-se a seguinte bibliografia para quem desejar aprofundar o assunto: CASTRO, I., CORREA, R.L, GOMES, P.C.C. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

⁴ Termo empregado por Sandra Jatahy Pesavento.

⁵ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, RS, 1969.

pequena produção familiar viabilizava a sua forma de vida, e que a policultura permitia a sua sobrevivência. Além disso, a policultura aumentava os circuitos comerciais de um mercado interno em desenvolvimento (Karnopp, 1995).

Essa região caracterizou-se pelo regime de pequenas propriedades policultoras que permaneceram relativamente isoladas, gozando de uma certa autonomia, realizando um comércio não especializado, dominado por alguns comerciantes nos principais centros coloniais. A agricultura intensiva, ou melhor, a policultura, foi a base da riqueza econômica regional.

Portanto, o fato desta região já ter sido diversificada e ter se especializado é motivo de interesse e pesquisa, tendo em vista todas as desvantagens de se depender de um único produto, o que é agravado pelo fato deste produto ser agrícola e por isso dependente de fatores climáticos, e também pelo fato de que em nível internacional tem se destacado justamente as regiões diversificadas e articuladas internamente.

Assim, dada a atual estrutura econômica, política, social e cultural da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS, este trabalho propôs-se a definir quais os fatores historicamente determinantes do processo de desenvolvimento desta região e que contribuíram para sua especialização, já que esta região já foi diversificada e praticamente auto-suficiente em termos de produção. Para tanto, analisou-se o processo de desenvolvimento desta região como um insumo valioso na determinação desses fatores.

À luz da análise do processo de desenvolvimento da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS esta dissertação define: Por que a produção regional é especializada? E quais os fatores historicamente determinantes da especialização produtiva regional?

É importante salientar que a agricultura especializada se deu por vários

fatores que foram se desencadeando ao longo do processo imigratório; e este trabalho tem como hipótese que dentre esses fatores, os financiamentos que os agricultores recebiam das fumageiras instaladas na região desde 1917 (a Souza Cruz iniciou este sistema) motivaram e incentivaram esses agricultores a se especializarem na fumicultura.

Sabe-se que na sua grande maioria os imigrantes não possuíam grandes somas de dinheiro ao chegar no Brasil, e dadas as dificuldades iniciais a que se sujeitaram, os recursos ficaram ainda mais escassos; como no Brasil não havia uma política de crédito agrícola, a opção mais rentável à época foi o intensivo processo de cultivo de fumo. Os produtores foram incentivados através de financiamentos e da garantia de comercialização do fumo, fator fundamental em uma região tradicionalmente agrícola e, portanto, produtora de bens perecíveis.

A possibilidade de utilização da mão-de-obra tanto de idosos como de crianças nos serviços mais leves também influenciou as pequenas propriedades familiares a optarem pelo cultivo de fumo.

A especialização produtiva local também foi influenciada pela concorrência das colônias mais antigas e melhor localizadas. É o caso de São Leopoldo, colônia próxima a Porto Alegre e com facilidade de transporte através do rio, e muitas outras colônias que mesmo não sendo próximas a Porto Alegre eram próximas de rios navegáveis como o Sinos, o Caí, ou o Taquari. Essas facilidades das antigas colônias faziam com que a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS (à época representada pelas colônias de Santa Cruz e Monte Alverne) não pudesse competir comercialmente com estas, optando então pela produção de fumo, produto que não tinha concorrência (Vogt, 1994). Além disso, o fumo tinha transporte relativamente facilitado pela forma como era acondicionado e, principalmente, tinha rendimento monetário proporcional ao volume, que era superior se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha e outros.

Outro fator determinante da especialização produtiva regional foi que após 1967, que marca o início da instalação e funcionamento da maior parte dos conglomerados multinacionais fumageiros na região, o preço pago pelo fumo aumentou consideravelmente.

Para o autor Carrion Júnior (1979), o ponto de partida para a criação de alternativas de crescimento e desenvolvimento regional para uma região que possui uma economia especializada e dependente, como é o caso da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS, deve originar-se em um esforço de retomar ou mesmo introduzir no arcabouço econômico e social regional um aumento de suas articulações internas, permitindo assim maior consistência interna do que externa e um maior grau de interligações regionais do que nacionais ou internacionais.

Souza compartilha as idéias com Carrion Júnior, acrescentando que o crescimento regional é explicado mais pelas forças endógenas do que pelas exportações. Assim, na medida em que as interdependências entre as atividades as conduzam a se aglomerarem no espaço regional, as possibilidades de internalizar os ganhos em economias externas cresce, o que engendra um processo cumulativo de crescimento endógeno por expansão do consumo intermediário local. Este crescimento endógeno se intensifica tão logo a geração de salários favoreça o crescimento das atividades produtivas pelo consumo final. Neste sentido, o desenvolvimento é, antes de tudo, uma necessidade de integração e diversificação econômica interna.

Portanto, segundo esses dois autores, o desenvolvimento econômico apresenta-se como um processo de crescimento articulado entre suas diferentes partes. O desenvolvimento de uma economia pode ser definido, por exemplo, pelo preenchimento de sua matriz de insumo-produto⁶, através da implantação de

⁶ A matriz de insumo-produto regional encontra-se em anexo.

novos blocos de atividades, unindo setores até então desconectados (Souza, 1993).

Carrion Júnior (1979, p.421) salienta a importância de reconhecermos as limitações e potencialidades regionais, bem como definirmos um determinado enfoque de política regional. Ou seja, torna-se imprescindível descobrir as vocações e potencialidades da região para que sejam assim amenizadas suas limitações.

Há várias implicações econômicas e sociais em uma região pouco diversificada produtivamente, entre as quais a diminuição da integração econômica da região, que aumenta sua dependência em relação a centros externos e, como consequência, diminui as possibilidades de maiores resultados e lucros, já que os mesmos passam a ser definidos fora da região, além de agregar mais uma variável cíclica externa.

É fato que a capacidade de auto - abastecimento da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS se desarticulou juntamente com a agropecuária colonial, quando a região passou a se especializar no fumo, e depender mais das importações.

Em nível de estrutura de emprego, aumentou a faixa dos assalariados rurais enquanto diminuiu o número de pequenos proprietários e parceiros, criando como saldo um reforço no movimento de liberação de mão-de-obra já presente no setor rural ⁷.

Ou seja, os inconvenientes sociais da monocultura cedo começaram aparecer e mais recentemente também os inconvenientes econômicos, como: encarecimento e escassez dos produtos alimentares em geral; aumento do componente cíclico nos negócios e nas arrecadações tributárias; pressão

⁷ Informações obtidas no relatório de atividades 97/98 da Afubra.

econômica das populações marginalizadas; aumento da dependência na importação de insumos, especialmente adubos (Carrion Júnior, 1979).

Paralelamente a isto, sabe-se que as regiões desenvolvidas, feita exceção relativa às de diminuto espaço geográfico, se caracterizam desde as suas origens como economias intensamente articuladas em seu interior, com ampla complementaridade interna, só experimentando abertura na medida em que passaram a se beneficiar das vantagens obtidas em se relacionar com economias colonizadas e polarizadas à exportação (Carrion Júnior, 1979).

Para Carrion Júnior (1979), na medida em que a estrutura produtiva local não for diversificada e integrada, progressivamente se intensificarão as vinculações com o exterior, ficando os efeitos multiplicadores dos investimentos internos cada vez mais fracos e limitados. Ou seja, quanto mais as interligações regionais forem fechadas internamente e abrangentes, mais o aumento de produção de uma única indústria local determinará crescimento de produção de todo o conjunto econômico.

O alargamento da rede interindustrial local poderá ser obtido através da diversificação econômica interna, principalmente através da implantação de atividades capazes de interligar setores e indústrias ainda não interligadas na economia, possibilitando assim uma crescente capacidade de apropriação do excedente econômico para reinvesti-lo na região, dando sustentabilidade ao longo do tempo e aumentando a diversificação produtiva.

Contudo, o aumento da interdependência entre as atividades econômicas tenderá, obviamente, a intensificar as trocas regionais e aumentar o mercado local, favorecendo a obtenção de uma maior escala de produção e, conseqüentemente, uma melhor alocação de recursos. Como resultado, se terá uma distribuição econômica espacial mais homogênea, um mercado local mais forte e com conseqüente menor concentração de rendas, um sistema menos

suscetível de ser atingido por flutuações externas e, portanto, com diminuição da variável cíclica, uma maior eficácia de produção de cada unidade, conduzindo à minimização do custo de transporte, uma maior geração de tributos internos, uma menor diferenciação entre os portes das diferentes unidades produtivas e uma utilização menos predatória dos recursos naturais (Carrion Júnior, 1979).

Portanto, diante destas ponderações de Carrion Júnior e diante da realidade regional, pretende-se definir os fatores históricos que fizeram com que a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS se especializasse na fumicultura (setor que segundo a matriz regional subordina os demais setores produtivos regionais).

“Conhece-te a ti mesmo”, esta é a tônica deste estudo. O conhecimento da cultura, da natureza e dos valores ético-morais serão os elementos possibilitadores e/ou limitadores de um desenvolvimento específico e alternativo local (Becker, 1999).

Foi justamente através do resgate do processo de desenvolvimento social, político, econômico e cultural, ou seja, do conhecimento das especificidades desta Região, que foi possível definir/elaborar estratégias baseadas nos recursos naturais e culturais da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, obtendo-se assim elementos para um processo de diferenciação sociocultural.

Este estudo preocupou-se em possibilitar a alavancagem do desenvolvimento econômico e social desta região, pois possui informações para nortear os atores políticos regionais na elaboração de um plano que promova um sistema produtivo articulado internamente. Segundo Leontief apud Richardson (1978), quanto mais poderosa e adiantada uma economia, mais completa e articulada é sua estrutura econômica. As bases para uma política regional, que tenha de fato como propósito o desenvolvimento da Região, deverá assim, buscar o aumento das articulações intersetoriais, especialmente entre agricultura e

indústria (Carrion Jr., 1979).

Dessa forma, o presente trabalho foi estruturado a partir de 3 capítulos. O capítulo 2 divide-se em 3 partes, nas quais analisou-se todo o processo de desenvolvimento sócio-econômico da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS da seguinte forma: no item 2.1 fez-se um esboço da economia colonial e policultora, ou seja, descreveu-se o processo de estruturação regional desde sua base diversificada até a constituição da especialização produtiva; o item 2.2 destinou-se ao período no qual ocorre a consolidação da especialização produtiva; o item 2.3 destinou-se à discussão das peculiaridades da Região sendo então a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, e a desnacionalização das indústrias fumageiras. O capítulo 3 destinou-se à discussão da especialização produtiva e os conseqüentes limites e desafios impostos para o desenvolvimento regional.

2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO - ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO FUMICULTORA DE SANTA CRUZ DO SUL: DO DESENVOLVIMENTO DIVERSIFICADO À ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

O presente capítulo resgata os períodos econômicos da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS, caracterizando cada um com as peculiaridades que lhes são inerentes, evidenciando assim o processo de desenvolvimento regional. A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul situa-se no Vale do Rio Pardo, na parte central do Rio Grande do Sul. Caracteriza-se principalmente pela especialização na cultura do fumo e dependência econômica desta atividade produtiva.

Periodizou-se o presente capítulo da seguinte forma: A policultura como base originária e constituinte de uma economia colonial diversificada (1849 – 1917), item que faz um resgate do processo de colonização e estruturação sócio-econômica da Microrregião Fumicultora mostrando a diversificação produtiva regional; Da economia colonial diversificada à economia fumicultora: o longo caminho da especialização (1917-1966), item que descreve as iniciativas capitalistas na indústria regional e, principalmente, no setor fumageiro e o conseqüente direcionamento da produção agrícola para o cultivo do fumo e, A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS (1967-...), item que aborda a vinda do capital multinacional para a região, constituindo a partir de então a especialização produtiva regional.

2.1 A Policultura como base originária e constituinte de uma economia colonial diversificada (1849-1917)

A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS foi colonizada por imigrantes alemães que na sua grande maioria eram servos pomeranos, renanos e tecelões silesianos (Flores, 1983). O começo foi muito difícil para esses imigrantes, pois além de estarem exaustos fisicamente em decorrência da longa viagem em condições precárias, estavam também abalados emocionalmente devido às condições em que foram obrigados a deixar a Europa e principalmente seus familiares, sua cultura, seus poucos pertences e seus sonhos.

Na chegada à terra prometida os imigrantes encontraram muito trabalho, pois a região que lhes foi destinada na parte central do Rio Grande do Sul era de mata fechada. Cabendo-lhes então, o desmatamento do lote, a construção da precária moradia provisória, o cultivo da terra, enfim, precisavam construir todos os meios necessários a sua sobrevivência; e isso não foi nada fácil, principalmente porque alguns imigrantes não estavam acostumados a trabalhar como agricultores na Europa⁸. E mesmo para os que tinham certo conhecimento no cultivo da terra, como os pomeranos⁹ por exemplo, foi um trabalho penoso, dada as dificuldades impostas pela mata fechada e a escassez de ferramentas adequadas.

Para confirmar as dificuldades enfrentadas pelos colonos nos primeiros anos no sul do Brasil é interessante reproduzir uma correspondência enviada pelo estancieiro Sr. Ten. Cel. Antonio Joaquim da Silva Mariante, proprietário de terras

⁸ Além dos proletários, a imigração de origem urbana trouxe artesãos e burgueses que queriam sair da Alemanha por motivos tanto econômicos como políticos, segundo Roche (1969).

⁹ Segundo Schmitz apud Flores (1983), os imigrantes pomeranos eram servos camponeses em sua pátria e possuíam caráter fechado e reservado e como não haviam sido donos das terras que cultivavam, não estavam acostumados a tomar decisões, nem participavam das interações e da vida pública (Schmitz, 1975, p.53).

à margem direita do rio Taquari¹⁰ (terras que loteou para a colonização) ao Presidente da Província, Conselheiro Muniz da Silva Ferraz, citada por Flores (1983), informando que os imigrantes chegavam quase sempre sem recursos, razão pela qual ele precisava “fiar” a terra por dois anos, findos os quais cobrava 1% de juro ao mês. Fornecia-lhes ainda passagem, alimento, sementes e animais para o trabalho. Por isso na correspondência citada solicitava ao Presidente a vantagem da lei provincial n. ° 367, de 04 de março de 1856, para distribuir recursos entre os colonos com o propósito de diminuir os gastos que fizeram no seu país para se transportarem por sua própria conta (Flores, 1983).

Segundo essa correspondência enviada por Mariante: “Os colonos cultivavam milho, feijão, trigo, centeio, favas, batatas e outros alimentos para manutenção, e tudo produz muito bem nestas terras inquestionavelmente férteis”.

Mas apesar da fertilidade do solo, pouco sobrava aos colonos nos primeiros tempos porque “são distraídos para imensos misteres; precisam fazer a casa para morar, derrubar matas, cercar roças, enfim lutar contra muitas dificuldades inclusive a própria alimentação” (Documentos Diversos apud Flores, 1983, p.23).

Assim, nos primeiros anos das colônias dessa região a unidade familiar dos imigrantes alemães produzia praticamente tudo o que necessitava, dependendo apenas esporadicamente do mercado. Este fato deveu-se principalmente ao fato de Santa Cruz e região estarem isoladas das demais áreas colonizadas e, sobretudo, porque anteriormente não existia qualquer atividade econômica no local. Ou seja, a inexistência de uma organização de produção anterior e o relativo isolamento da área obrigaram os colonos à organização de uma economia de subsistência que lhes provesse não só de alimentos mas também de roupas e utensílios (Montali, 1979, p. 26).

Os poucos recursos monetários é claro, foram decisivos para que os colonos

¹⁰ Estas terras ficam na localidade de Vila Mariante no atual município de Venâncio Aires.

produzissem o necessário para sua sobrevivência e do grupo familiar no próprio lote colonial.

No Rio Grande do Sul como em todo os meios de transporte eram raros e insuficientes, o que prejudicava o escoamento dos produtos e por conseqüência o comércio em geral. Todos os transportes terrestres eram efetuados ou por mula ou por carretas puxadas por bois. O vagar e a pouca capacidade desses meios eram empecilhos à expedição dos produtos (Roche, 1969). E em decorrência, o frete era elevado, o que achatava o preço dos gêneros vendidos pelo colono e aumentava demasiadamente o preço das mercadorias vindas de fora da área colonial. Isso sem falar nos problemas de perda dos produtos em função de serem na sua grande maioria perecíveis e, portanto, não resistirem muito tempo sob as intempéries.

Nessa época a produção regional era bastante diversificada, pois a subsistência da unidade familiar precisava ser produzida pelo próprio colono, já que o excedente comercializado não era o suficiente para provê-la. De acordo com Bartholomay (1922, p.110) em mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz:

“É na agricultura intensiva ou, melhor, na policultura que repousa a base da riqueza econômica de Santa Cruz. Não se conhecem aqui as grandes lavouras em que são exploradas em larga escala as culturas de um único produto: nem o permitiria a configuração topográfica do solo do município, nem recompensa teria o trabalho em que o machado precisa desbravar os matos como preparo preliminar para o amanhã das terras. Assim, por força das circunstâncias, sendo a agricultura intensiva a única praticável proveitosamente no município, é também esse modo de cultivá-la talvez o mais racional e conveniente para o nosso Estado. Com efeito, sendo tão instáveis as condições climáticas do Rio Grande e não menos variáveis as qualidades do seu solo, não já de distrito para distrito, mas, muitas vezes, mesmo dentro de distância limitada, esse modo de explorar a agricultura não será também o mais racional e remunerador? A prosperidade dos municípios coloniais como Santa Cruz parece responder pela afirmativa” (Bartholomay, 1922, p. 110).

Na medida em que o colono obtinha os meios básicos à sobrevivência da unidade familiar, podia enfrentar melhor a oscilação de preços provocada pelo

comércio. A dependência de um único produto inviabilizaria a pequena propriedade familiar que ficava isolada, sem meios de transporte e subordinada a mercados consumidores desconhecidos (Vogt, 1997, p.87).

A partir do ano de 1854 é efetivamente aplicada a Lei Provincial n.º 504 (lei de terras) que determinava o pagamento do lote e dos auxílios recebidos pelos colonos, o que faz com que a partir de então a unidade familiar do colono imigrante se obrigue a deslocar o seu esforço produtivo para a produção de bens comercializáveis, ou seja, produtos que sejam facilmente “vendidos” no mercado. Assim, desde 1854 a unidade familiar passou a adquirir os produtos destinados somente à subsistência no mercado. Dessa forma, apesar do governo encontrar dificuldades para efetivar a cobrança da dívida, a sua iminência pode ser considerada como um fator importante de estímulo à concentração do esforço produtivo dos colonos sobre o fumo, segundo Cunha (1991, p.166).

A promulgação da lei citada acima extinguiu a gratuidade dos lotes distribuídos aos colonos, transformando a terra em mercadoria e estabelecendo em cinco anos o prazo de pagamento dos mesmos; Santa Cruz do Sul experimenta grande expansão a partir de então. O crescimento de sua população não se restringe à imigração de novos colonos alemães, mas abrange também imigrantes de outros núcleos agrícolas da Província, principalmente de São Leopoldo, atraídos pela possibilidade de comprar terras (Montali, 1979, p.29).

Até então as atividades comerciais desenvolvidas com o mundo exterior, restringiam-se a trocas de excedentes agrícolas, basicamente milho, feijão, ervamate, banha de porco e fumo, por produtos manufaturados vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e importados do exterior. Embora a vinculação com o mercado no início se estabelecesse principalmente através da venda de excedentes da produção, no decorrer do tempo cresce a importância da produção para a venda. Como evidência disso tem-se a quintuplicação das “exportações” dos produtos em geral (Montali, 1979, p.30). É importante destacar que a parte excedente colocada

no mercado era proposital, e não uma simples e mera sobra do consumo doméstico.

Desde a gênese da colonização, os colonos faziam suas trocas por permuta, em função da ausência de capital mobiliário e de moeda circulante. Inicialmente os colonos faziam as trocas à vista, mais tarde os comerciantes abriram “contas-correntes¹¹” a “seus fregueses acreditados”. Esse sistema sobreviveu até fins do século XIX nas antigas colônias e, nas novas, até a Segunda Guerra Mundial (Roche, 1969).

Segundo Flores (1983), os primeiros produtos agrícolas que os colonos do interior de Venâncio Aires colocaram à “venda” na então Vila de São Sebastião Mártir foram fumo e banha de porco, que eram levados pelos próprios colonos “ao ombro ou no lombo de eqüino”. “A colocação da banha, por ser mercadoria perecível, apresentava dificuldade. Nem sempre o comerciante local tinha condições de absorver toda a banha de um só porco abatido. O colono então, era obrigado a fazer uma caminhada maior para colocar o restante da mercadoria em alguma venda mais distante...” (Flores, 1983, p. 131). Aliás, a banha de porco beneficiada foi muito relevante para a economia regional, pelo menos até 1950/1960, quando começou a perder importância devido à substituição que houve da banha pelos óleos vegetais comestíveis no hábito alimentar do brasileiro.

Para salientar a pujança da produção agrícola das colônias já em 1858/1859, basta verificarmos a produção de batata-inglesa no Rio Grande do Sul. São Leopoldo produzia à época 74,4% e Santa Cruz, 20,2% da produção rio-grandense¹².

A inserção da economia de Santa Cruz do Sul no mercado capitalista inicia a

¹¹ Sistema no qual eram anotados os débitos e créditos dos colonos no livro caixa do comerciante, não havia transação monetária.

¹² Dados obtidos em Roche (1969).

partir de 1860, quando além do incremento e da diversificação da agricultura colonial, tem início também a estruturação dos demais setores econômicos, como o comércio e o artesanato (Godinho, 1980, p.58). As Tabelas 1 e 2 a seguir demonstram a diversificação da produção agrícola de Santa Cruz no ano de 1864¹³.

Tabela 1: Produção Agrícola de Santa Cruz em 1864

Produto	Quantidade
Milho	100.000 Alqueires
Feijão	32.000 Alqueires
Arroz	200 Alqueires
Ervilhas	520 Alqueires
Trigo	100 Alqueires
Cevada	290 Alqueires
Batatas	10.000 Alqueires
Canas	800.000 Pés
Fumo	17.300 Arrobas
Óleo de linhaça	2.000 Medidas
Algodão	20 Arrobas

FONTE: (AHRs) Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 4ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1864 p.86.

Tabela 2: Exportação de Santa Cruz em 1864

(continua na página seguinte)

Produto	Quantidade
Milho	840.000 kg
Feijão	540.000 kg
Arroz	1.800 kg
Ervilhas	3.600 kg
Trigo	2.400 kg
Cevada	7.500 kg
Batatas	54.000 kg
Aguardente	14 pipas
Fumo	213.150 kg
Toucinho	80.850 kg
Manteiga	7.644 kg

FONTE: (AHRs) Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 4ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1864 p. 87.

¹³ Não encontramos dados dos demais municípios da Microrregião de Santa Cruz do Sul.

De acordo com os dados das Tabelas 1 e 2, as exportações dessa região nesse período eram lideradas pelo milho, o feijão, o fumo, o toucinho e a batata. O mercado desses produtos era Rio Pardo, com exceção do fumo que já nessa época era expedido para Porto Alegre. Para Singer, a prosperidade das colônias nesse período está intimamente vinculada à efetiva possibilidade de distribuição e transporte dos produtos e mercadorias coloniais no mercado consumidor de Porto Alegre, e através dele atingir os mercados nacional e internacional (Singer, 1968)¹⁴.

Contrariamente à teoria de Vogt (1997), que assegura que em 1870 Santa Cruz do Sul já era especializada no cultivo de fumo, a Tabela 3, referente à produção agrícola de 1865/1866, demonstra o quão diversificada era a colônia de Santa Cruz naquela época.

¹⁴ Segundo Müller (1998), a primeira rodovia moderna a ligar o Estado ao restante do país (atualmente denominada BR 116) só foi construída em 1940 e a ferrovia só ultrapassou a fronteira com Santa Catarina, ligando a então Província do Rio Grande do Sul a São Paulo em 1911. Assim, os transportes continuaram como sério obstáculo ao desenvolvimento do Rio Grande, apesar da encampação do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, nos anos de 1919 e 1920.

Tabela 3: Produção Agrícola de Santa Cruz em 1865/1866

Produto	Área	Valor p/ alqueire	Valor total	%
Milho	62,113	1\$000	62:113\$000	16,15
Feijão	12,225	2\$700	33:009\$180	8,58
Linhaça	418 3/4	3\$300	1:340\$000	0,35
Cevada	5,183	1\$600	9:892\$800	2,57
Centeio	1,644	2\$000	3:289\$500	0,855
Trigo	1,095	3\$500	3:832\$500	0,99
Trigo serraceno	12	3\$200	38\$400	0,0099
Lentilhas	50	2\$500	125\$000	0,032
Painços	5 1/2	4\$000	26\$000	0,0067
Arroz	667	3\$200	2:135\$400	0,555
Colza	14 7/2	3\$200	45\$000	0,012
Amendoim	72	1\$000	72\$000	0,019
Cebolas	20	1\$000	20\$000	0,0052
Batatas doces	29	960	27\$840	0,0072
Batatas inglesas	11,28 11/2	1\$500	16:922\$250	4,4
Ervilhas	699	2\$500	1:672\$500	0,435
Favas	320 1/2	1\$500	484\$125	0,126
Algodão	4,230 1/2	Libras	396\$600	0,103
Cera	908	700	635\$600	0,16
Mel	4,544		486\$208	0,126
Linho cânhamo	9,155		1:716\$656	0,45
Fazenda de linho	2,318	Covados a 480	1:112\$640	0,29
Mandioca	46,000	pés a 20 réis	320\$000	0,083
Cana	159,300	Pés a 20 réis	3:186\$000	0,828
Aguardente	2,070	Quartilhos a 340 réis	496\$800	0,13
Vinho	32,520	Quartilhos a 240 réis	7:804\$000	2,029
Abóboras	720,169		120\$000	0,031
Fumo preparado	12	Arrobas a 10\$000	120\$000	0,031
Fumo	25,846	Arrobas a 3\$000	78:583\$000	20,43
Árvores frutíferas			41:634\$940	10,82
Animais domésticos			113:006\$540	29,38
Total produzido			384:664\$479	100

FONTE: (Biblioteca Municipal de POA), Quadro Estatístico da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1868 p.90.

Além dos dados referidos na Tabela 3, na mesma bibliografia obteve-se as seguintes informações referentes ao ano de 1865/1866: a colônia possuía 365 rodas de fiar, 41 teares, 118 arados e 87 carros. Quanto ao culto religioso, a colônia possuía 3 igrejas católicas e 4 protestantes. A educação da colônia de Santa Cruz era provida por 13 escolas, das quais 1 gratuita, 2 subvencionadas pela província e 10 pagas pelos pais de alunos. Essas escolas eram freqüentadas

por 284 alunos.

É nessa mesma fase que as frutas, que são produzidas somente para o consumo local (devido a impossibilidade de transportá-las), são transformadas em delícias da culinária colonial como: compotas, geléias, doces, passas, licores, pães e cucas (Fontoura, 1999).

Na produção referente ao ano de 1879 da colônia de Monte Alverne, constam produtos como fumo, feijão, milho, cana, ervilha e cevada. Consta também a fabricação de charutos, farinha de milho, aguardente e obras de sola, que são exportados. Esta colônia também produz para sua subsistência: trigo, centeio, aveia, arroz, batatas e outros (AHR. Colonização, 1879, p.55).

Ou seja, aliada à diversificação agrícola, desenvolviam-se atividades artesanais como: fabricação de aguardente e de farinha, criação de gado e suínos (que propiciaram a produção de manteiga, queijo e banha), criação de aves (e como consequência a produção de ovos) e a apicultura que fornecia mel e cera.

Em 1872, conforme constatações de Krause (1994), os estabelecimentos industriais regionais eram de atividades artesanais como: moinhos, engenhos de açúcar, fábricas de azeite, curtumes, fábricas de arreios, fábricas de carretas, ferrarias, alfaiatarias, sapatarias, engenho de erva, fábricas de cordas, de sabão, de velas, de tamancos, de charutos, de tijolos, de aguardente, de cerveja e padarias. As Tabelas a seguir mostram os empreendimentos artesanais e as profissões da colônia de Santa Cruz em 1864, que confirmam a diversificação da economia regional.

Tabela 4: Empreendimentos Artesanais de Santa Cruz em 1864

EMPREENHIMENTOS ARTESANAIS	QUANTIDADE
Moinhos	11
Engenhos de cana	9
Engenhos de óleo	5
Engenhos de aguardente de frutas	11
Ferrarias	10
Alfaiatarias	4
Engenhos de socar erva-mate	1
Atafonas	2
Curtumes	2
Fábricas de lombilhos	3
Fábricas de carros	2
Sapatarias	4
Casas de negócios	24

FONTE: (AHRs) Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 4ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1864 p.86.

Apesar de não ser fácil conseguir dados tão antigos seguindo uma seqüência cronológica, a Tabela 5 a seguir mostrará a evolução dos empreendimentos artesanais da colônia de Santa Cruz de 1864 a 1868, mostrando que além de manter a diversificação, alguns segmentos aumentaram o número de empreendimentos (exemplo: sapatarias, casas de negócios, curtumes, ferrarias e engenhos de cana).

Tabela 5: Empreendimentos Artesanais de Santa Cruz em 1868

EMPREENHIMENTOS ARTESANAIS	QUANTIDADE
Moinhos	11
Atafonas	2
Engenhos de açúcar	11
Fábricas de azeite	5
Curtumes	5
Fábricas de arreios	3
Fábricas de carretas	2
Ferrarias	11
Casas de comércio	26
Oficinas de alfaiate	4
Oficinas de sapateiros	5
Engenho de socar erva	1
Fábricas de corda	1
Fábricas de sabão	1
Fábricas de velas	1

FONTE: (Biblioteca Municipal de POA) Quadro Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1868 p.90.

Nesse período em que as moradias estão prontas e a produção agrícola é

suficiente para alimentar a família, alguns colonos na tentativa de auferir ganhos subsidiários, começam a exercer algumas atividades que antigamente foram exercidas na Europa. Segundo Flores (1983), entre os pioneiros de Linha Cecília, em Venâncio Aires, houve os seguintes profissionais: alfaiate, agrônomo trabalhando também como veterinário, comerciante, carpinteiro, fabricantes de cigarros e charutos, de cachaça, de gasosa e de sabão, funileiro, marceneiro, pedreiro, oleiro, relojoeiro (que também concertava gramofones e espingardas), torneador (Flores, 1983, p.135). Não esquecendo que todas essas profissões eram exercidas paralelamente à agricultura.

Tabela 6: Profissões da Colônia de Santa Cruz no ano de 1864

PROFISSÕES	NÚMERO
Lavradores	1.062
Tropeiros	19
Carreiros	13
Moleiros	14
Lombilheiros	3
Cortidores	5
Tanoeiros	3
Ferreiros	11
Carpinteiros	54
Pedreiros	44
Sapateiros	51
Alfaiates	25
Negociantes	27
Oleiros	4
Funileiros	3
Canteiro	1

FONTE: (AHRs) Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 4ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1864 p. 86.

Dando continuidade à comparação da evolução da colônia de Santa Cruz, a Tabela 7 mostrará as profissões da colônia no ano de 1868 e o respectivo número de profissionais por função, para que se possa comparar com a Tabela 6, que é referente ao ano de 1864.

Tabela 7: Profissões da Colônia de Santa Cruz em 1868

Profissões	Número
Lavradores	1125
Tropeiros	19
Carreiros	12
Moleiros	14
Sapateiros	47
Alfaiates	26
Comerciantes	26
Seleiros	5
Ferreiros	11
Carpinteiros	51
Pedreiros	41
Oleiros	4
Funileiros	3
Curtidores	5
Tanoeiros	5

FONTE: (Biblioteca Municipal de POA), Quadro Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1868 p.90.

Portanto, constata-se que o desenvolvimento econômico das colônias alicerçou-se a partir das produções agrícolas e artesanais de subsistência. E como havia a necessidade de produzir excedentes que viabilizassem a aquisição de produtos inexistentes nas colônias e o pagamento da dívida colonial, houve um considerável aumento na produção agrícola incentivado pelo governo da província. Assim, alguns produtos agrícolas passaram a ser produzidos em maior escala, ou por melhor adaptação ao solo, ou pela obtenção de um melhor preço de venda, resultando em grandes safras agrícolas, segundo Cunha (1991).

Constata-se, pois, que a diversificação produtiva regional neste período, vem ao encontro da afirmação de Roche (1969), de que o Rio Grande do Sul deveu sua superioridade sobre os demais Estados brasileiros, ao regime da pequena propriedade aliada à diversificação produtiva.

No período de (1860-1881) o fumo cultivado na região aumenta em 800%¹⁵. Todos os demais produtos cultivados pelos colonos como o milho, o feijão, a

¹⁵ Dados obtidos em Roche (1969).

batata, o arroz, a ervilha, a cevada, o centeio e o trigo também passam a ser cultivados em uma área maior, como também são introduzidas novas culturas como a cana-de-açúcar, o amendoim, a lentilha, o algodão, e a vinha, com vistas ao mercado. A Tabela 8 a seguir demonstra a exportação da colônia de Monte Alverne no ano de 1876, comprovando a diversidade produtiva da região.

Tabela 8: Exportação da Colônia de Monte Alverne em 1876

Produto	Quantidade
Aguardente	2.580 lt
Banha	4.720 kg
Batatas	3.960 lt
Cevada	900 lt
Charutos	65.000
Cera	75 kg
Ervilhas	648 lt
Feijão	492 lt
Lentilhas	360 lt
Centeio	720 lt
Milho	32.760 lt
Toucinho	21.900 kg
Fumo	101.700 kg

FONTE: (AHRs) Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província, abriu a 1º sessão da 15º Legislatura. Assembléia Legislativa Provincial 1/ 03/ 1873. Porto Alegre: Typographia do "Constitucional", 1876 p. 39.

A Tabela 9 abaixo demonstra a exportação da produção agrícola da colônia de Santa Cruz no ano de 1873.

Tabela 9: Exportação da Colônia de Santa Cruz em 1873

Produto	Quantidade
Milho	1.200.000 kg
Feijão	600.000 kg
Fumo	588.000 kg
Erva - mate	441.000 kg
Banha	147.000 kg

FONTE: (AHRs) Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província, abriu a 1º sessão da 15º Legislatura. Assembléia Legislativa Provincial 1/ 03/ 1873. Porto Alegre: Typographia do “Constitucional”, 1873 p.7.

Além da exportação da produção agrícola citada acima, a colônia exportou um valor de 10 contos de réis em diversos artigos neste ano.

Tabela 10: Exportação de Santa Cruz em 1876

Produto	Quantidade
Fumo em folha	1.175.200 kg
Feijão	360.000 kg
Milho	300.000 kg
Banha	58.760 kg

FONTE: (AHRs) Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes presidente da província, abriu a 1º sessão da 15º Legislatura. Assembléia Legislativa Provincial 1/ 03/ 1873. Porto Alegre: Typographia do “Constitucional”, 1876 p. 39.

O fumo, além de ser o principal produto para a “exportação”, tinha 95% de sua safra comercializada para outras localidades durante o período de 1862 a 1881. Além disso, dentre as plantações testadas, o fumo, a médio e longo prazo, proporcionou os resultados mais satisfatórios (CUNHA, 1991). É relevante que seja mencionado ainda, que a cultura do fumo é uma atividade produtiva essencialmente voltada à comercialização, já que constitui-se em um produto que serve de matéria-prima para as indústrias de cigarro e empresas de exportação de fumo em folha, ou seja, é um produto integralmente destinado ao mercado e não para o autoconsumo dos produtores diretos (Vogt, 1997).

O fumo foi cultivado pelos colonos desde a chegada destes e muito além de

suas próprias necessidades¹⁶. Em 1832, já se instalavam pequenas fábricas de charutos em São Leopoldo e Porto Alegre. O Governo preocupava-se com a separação das folhas por qualidade, e também com a seleção das sementes, e mandava distribuir aos plantadores livretos que continham conselhos redigidos em alemão e português (Roche, 1969). Na Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul -RS o cultivo do fumo desenvolveu-se primeiramente na colônia de Santa Cruz e a partir daí se irradiou para outras colônias da região, como Venâncio Aires, Candelária, Sobradinho e uma parte do Município de Cachoeira (distrito de Agudo).

A disseminação da cultura do fumo nessa região transformou as edificações da zona rural. Ao lado de cada casa foi construído um barracão de fumo, “secadouro de largas aberturas, cuja ventilação é regulada por lâminas de madeira que se podem orientar. Ocupa as melhores terras e a maior parte da área cultivada”, conforme Roche (1969).

Nas colônias alemãs sempre houve a prática da policultura. Mas, no decorrer dos anos, o abandono de uma planta e a nova preferência por outra transformaram-lhe a fisionomia agrícola, conforme Roche (1969). Outro fato interessante que foi abordado por este mesmo autor, é o de que os colonos alemães não aproveitaram as frutas como produto comercializável, aliás, este autor salienta que um aspecto curioso da agricultura alemã no Rio Grande do Sul foi a variedade de culturas tentadas, e atualmente os produtos mais importantes não ultrapassam a meia dúzia. Das culturas que se impuseram aos colonos alemães e são o essencial de seus recursos, nenhuma tem origem européia (Roche, 1969).

Os produtores da colônia de Santa Cruz e região priorizaram o cultivo do

¹⁶ Segundo Furtado (1995), para que as colônias chegassem a constituir um êxito como política imigratória e atraíssem pelo exemplo correntes espontâneas de povoamento, teria sido necessário que as mesmas se dedicassem de imediato a atividades produtivas rentáveis. Esse objetivo só poderia ser alcançado em dois casos : integrando a colônia (Brasil) nas linhas de exportação, ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado no país.

fumo por vários fatores, segundo constatações de Vogt (1997), entre os quais a facilidade do transporte e o bom preço conseguido pelo fumo em relação aos demais produtos agrícolas, que como dito anteriormente deterioravam-se mais facilmente e eram mais difíceis de acondicionar. Segundo relatos de Roche (1969), o fumo tinha um preço em média, cinco a sete vezes mais alto que o dos outros produtos agrícolas. Acrescenta-se a isso o fato de os diretores da Colônia terem incentivado esta produção, já que com isso, os colonos poderiam receber algum pecúlio e quitar suas dívidas com o poder público.

Assim, dada a grande produção de fumo, a região passa a produzi-lo com uma qualidade superior às demais áreas, além disso, os comerciantes beneficiavam o produto satisfatoriamente. Acrescenta-se a isso o fato desses comerciantes orientarem tecnicamente os colonos sobre como plantar, qual semente utilizar, como colher e também como manusear o fumo. É interessante salientar que os comerciantes da região colonial italiana procederam da mesma forma quanto ao cultivo de uvas e produção vinícola, segundo Vogt (1997).

Conforme Roche (1969), o cultivo de fumo é favorável à economia rural, pois além de adequar-se ao uso de insumos como o adubo, por exemplo, permite a rotação de culturas, e principalmente porque é um produto compensador em termos de preço mesmo nas regiões isoladas e de difícil acesso ao mercado.

Em uma região tão isolada do resto do estado como esta, a estrada ou picada que cortava a colônia, aberta pelos próprios colonos, “assume vital importância” nesse período. A picada era um meio dos colonos terem acesso à escola, à igreja, à venda, ao salão de festas, enfim, era um meio que viabilizava a “sociabilidade” entre eles (Roche, 1969).

É importante salientar que os comerciantes desta região antes de abrirem suas casas de comércio realizavam atividades agrícolas assim como todos os outros imigrantes. Os comerciantes exerceram um papel fundamental no

desenvolvimento econômico regional.

Entre os colonos, logo após o período de instalação, aquele que tinha espírito de iniciativa e dispunha de alguns recursos escoava a produção da vizinhança e abastecia-os com produtos importados de outras regiões. Este serviço só era possível graças à posse de um meio de transporte, que na época era o fundamento do comércio (Roche, 1969).

Foi através da picada que os colonos tiveram condições de colocar os seus produtos no mercado; é verdade que via de regra era o comerciante quem fazia este percurso. Esses comerciantes eram donos das vendas estabelecidas nas picadas e exerciam o papel de intermediários entre o mercado colonial e o mercado urbano. A partir dessa intermediação de mercadorias o comerciante começou a acumular capital, capital este que conseguia através dos exorbitantes preços que cobrava dos colonos pelas mercadorias urbanas e em contrapartida pelo irrisório preço pago pelos produtos coloniais. Dessa forma, foram os comerciantes que se apropriaram de grande parte do sobretrabalho gerado pela mão-de-obra familiar do colono, segundo Vogt (1997).

Assim, apesar do importante papel dos comerciantes no desenvolvimento das colônias, foram eles que exploraram os colonos, isolando-os dos estímulos do mercado. Os colonos cultivavam somente as culturas que não demandavam maiores cuidados nem investimentos, pois para investir em novos equipamentos e insumos era necessário que conseguissem um bom preço de venda pela sua produção. E como o comerciante intermediava as vendas, ficando com grande parte do valor negociado em troca do frete e ainda pagava um valor muito baixo pelos produtos coloniais e em contrapartida cobrava preços altíssimos pelos produtos importados, inviabilizava maiores investimentos por parte dos colonos. Assim, com esse sistema vigorando, ano após ano foi diminuindo o nível de vida dos colonos.

O comerciante gradativamente progredia financeiramente e como conseqüência adquiria respeito e até um certo poder mediante a sociedade onde atuava. Como tal, com o passar dos anos adquirira um grau de confiabilidade suficiente para que os colonos passassem a entregar suas economias a ele, que para tanto cobrava uma taxa, ou seja, desempenhava a função de um banco, sendo assim, além de “guardar” as economias de alguns produtores, emprestava dinheiro para outros a juros bem altos¹⁷. Dessa forma, a partir de então ficou ainda mais fácil para o comerciante acumular capitais e manuseá-los de forma mais íntima. Ou seja, o colono era dependente dessa figura para praticamente todos os assuntos relacionados ao seu dia - a - dia.

Assim, o comerciante além de acumular todas as funções já citadas, era também o líder comunitário e exercia influência sobre a comunidade colonial inclusive na orientação da produção agrícola. Ou seja, incentivava os colonos a cultivarem os produtos que lhe eram mais vantajosos assim como orientava e introduzia novas técnicas agrícolas em sua área de influência. Desta forma, a unidade de produção familiar vinculou-se à figura do comerciante de forma dependente, pois este, por deter as informações relativas aos preços, realizava um intercâmbio comercial que lhe era altamente vantajoso. Ou seja, os comerciantes progrediam rapidamente, aumentando suas lojas, suas residências, seus estoques, ao preço do suor do colono, sempre pobre e desprezado, conforme Roche (1969).

A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, à época, tinha problemas com a expedição e o escoamento da produção. O transporte da produção era efetuado por tração animal e as estradas além de serem precárias eram raras. A expedição via tração animal além de causar prejuízos em função da

¹⁷ Segundo Fürstenau (1988, p.13-14), não havia nessas transações qualquer tipo de controle governamental, apresentando sérios riscos. Portanto, era natural que os juros atingissem taxas bastante elevadas. Para este autor, essas taxas de juros também eram reflexo da escassez de recursos financeiros no meio rural já que, freqüentemente a poupança acumulada no campo acabava sendo canalizada para as áreas urbanas, onde as garantias de rápido reembolso dos empréstimos eram, via de regra, mais satisfatórios, seja devido à velocidade de rotação, seja devido a menor incidência de riscos climáticos e biológicos.

demora para chegar a um porto, fazia com que grande parte da produção deteriorasse em função do sol forte ou da chuva.

De acordo com constatações de Roche (1969), o que motivou os colonos a optarem pelos serviços dos comerciantes foi a extensão e as dificuldades do percurso até o mercado, a falta de animais, a perda de tempo com as viagens e o desconhecimento da língua portuguesa.

Os comerciantes mantiveram-se influentes até nossos dias em todos os domínios. Apesar de terem convivido em “estreita simbiose” com os camponeses, acabaram se separando deles de forma evidente, para formarem uma classe. Além da elevada posição adquiriram um poder capaz de propiciar a conquista de outros setores tirados a outras profissões e outras classes (Roche, 1969).

Um dado interessante a ser salientado, é que segundo constatações de Vogt (1993), a esmagadora maioria dos comerciantes que atuaram em Santa Cruz do Sul no século passado eram originários da Alemanha, principalmente da Renânia¹⁸. Alguns inclusive já tinham sido pequenos proprietários na Europa e iniciaram suas atividades com os poucos recursos trazidos. Outros ainda passaram para o ramo após combinar por algum tempo a atividade artesanal com a mercantil. Outros tiraram proveito da localização do seu lote colonial para ingressar no ofício. É absolutamente improvável que negociantes ricos e capitalizados tivessem se estabelecido em áreas coloniais (Vogt, 1993, p.96).

O mecanismo do comércio rural só ajudou a acentuar a diferença entre a condição material ou social do colono e a do comerciante. Assim, a partir de meados do século XIX, os mais ricos habitantes das colônias eram os comerciantes, e a superioridade de seu patrimônio em relação ao dos colonos acentuou-se. Entre os pequenos proprietários, o essencial do patrimônio é

¹⁸ Segundo Roche (1969), física e mentalmente, os imigrantes apresentavam grande variedade de traços: os renanos eram considerados mais inteligentes, os pomeranos, mais trabalhadores.

constituído pelo lote de terra e a casa, capital imobiliário cuja renda líquida é mínima. Entre os comerciantes, o patrimônio é não só mais elevado, mas também composto, na maior parte, do capital investido no negócio, que assegura lucros incomparavelmente superiores aos de uma exploração agrícola, graças ao mesmo tempo à elevação das margens de lucro e à rapidez de giro das reservas (Roche, 1969).

Não só os comerciantes rurais eram de origem camponesa, mas sua ascensão se fez pelo crescimento da produção agrícola. Quando esta declinava numa antiga colônia, aqueles comerciantes que não emigravam para uma zona pioneira com uma parte da população excedente, realizavam uma verdadeira transformação de suas atividades. Foi assim que os comerciantes rurais, vivendo no meio dos camponeses, depressa se tornaram mais ricos que eles e mais poderosos (Roche, 1969).

De todas as colônias, Santa Cruz é aquela onde se pratica a agricultura mais científica (16,3% de superfície cultivada anualmente) e onde a indústria se desenvolveu em função da agricultura: transformação e valorização “in loco” do principal produto e fabricação de máquinas agrícolas (Roche, 1969).

A Tabela 11 mostra as indústrias de Santa Cruz no ano de 1889 e o devido número de estabelecimentos em cada setor.

Tabela 11: Indústrias e Profissões Lotadas pela Municipalidade de Santa Cruz no ano de 1889

ESTABELECIMENTOS	NÚMERO
Fábricas e oficinas (sendo 63 na vila e 5 nos subúrbios)	243
Hotéis e casas de pasto (sendo 8 na vila e 1 nos subúrbios)	39
Farmácias (na vila)	1
Bilhares (na vila)	2
Atelier fotográfico (na vila)	1
Mascates	4
Açougues (sendo 3 na vila)	4
Joalheiros (na vila)	2
Agências de loteria (na vila)	1

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15.10.1922 pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz: Typographia Lamberts & Riedl, 1922.

Por volta de 1881, já era nítida a divisão da produção agrícola entre a parcela da produção destinada à subsistência e aquela destinada ao mercado. Entretanto, não ocorria ainda a especialização dos estabelecimentos, que através do trabalho familiar cultivavam tanto produtos destinados a garantir a subsistência, como produtos para o mercado¹⁹ (Silveira, 1997).

É nesse contexto que podemos compreender a origem da acumulação de capital dos comerciantes: através da apropriação de parcela do excedente dos produtores agrícolas nas trocas entre mercadorias agrícolas e manufaturadas, como também através das taxas cobradas pelo transporte dos produtos e, ainda, pelos lucros auferidos mediante a cobrança de juros pela guarda dos recursos financeiros dos agricultores.

O comércio tem sido chamado, com freqüência, de motor do crescimento do século XIX, conforme Williamson (1989). Como veremos a seguir, os

¹⁹ O passo decisivo em direção à divisão do trabalho no universo agrícola brasileiro teria que esperar pela solução do grave problema dos transportes. O desenvolvimento da navegação de cabotagem e, completando-o, o avanço das estradas de ferro permitiriam, de fato, o estabelecimento de um regime de trocas inter-regionais (Castro, 1972, p.123).

comerciantes foram responsáveis por grande parte dos investimentos feitos nessa região assim que o acúmulo de capital permitiu tais investimentos.

A situação econômica dos comerciantes regionais alavancou nas duas últimas décadas do século XIX por duas razões: o fumo foi melhorado, o que resultou no aumento da produção e exportação do produto e o Rio Grande do Sul inseriu-se no país como fornecedor de gêneros alimentícios, o que levou à diversificação produtiva das colônias. Mesmo sendo o fumo o produto que permitia maior lucratividade, os comerciantes não abriram mão da policultura, com a qual podiam atender o mercado local, sem o risco das oscilações de mercado oferecidas pelo fumo, conforme Fontoura (1999). Além disso, a diversificação dos produtos comercializados otimizava o sistema de “contas correntes” adotado por colonos e comerciantes e possibilitava maiores ganhos para os comerciantes. É necessário esclarecer que não foram todos os comerciantes que tiveram condições econômicas para lidar com o fumo.

A Tabela 12 a seguir mostra a exportação de Santa Cruz no ano de 1901, com detalhes do valor exportado e valor parcial de cada produto, para que se possa observar os produtos mais lucrativos em termos de preço.

Tabela 12: Produtos Exportados por Santa Cruz em 1901

Produtos	Quantidade	Valor parcial	Valor total	%
Fumo em folha	141.534 ½ arr.	4\$000	566:138\$000	47,97
Fumo em corda	4.765 arr.	8\$000	38:138\$000	3,2318
Fumo migado	369 ½ arr.	48\$000	17:736\$000	1,502
Banha	33.545 arr.	12\$000	402:540\$000	34,11
Toucinho	1.101 arr.	9\$000	9:909\$000	0,84
Erva-mate	27.972 arr.	1\$500	41:958\$000	3,555
Alfafa	391 arr.	\$800	312\$800	0,026
Casca	394 arr.	\$700	275\$800	0,023
Mel	14 arr.	4\$500	63\$000	0,0053
Carne preparada	35 ½ arr.	6\$000	213\$000	0,0180
Sola	343 4/5 arr.	27\$000	9:282\$600	0,787
Cera	117 arr.	24\$000	2:808\$000	0,24
Charutos	27.500 arr.	40\$000	1:100\$000	0,0932
Arroz	115 sc.	3\$000	345\$000	0,029
Milho	33 sc.	4\$000	132\$000	0,0111
Feijão	7.262 ½ sc.	8\$000	58:100\$000	4,923
Batatas (inglesa)	49 sc.	2\$500	122\$500	0,010
Couros vaccuns secos	1749 sc.	13\$500	24:961\$500	2,115
Aguardente	58 p.1/2 q.	96\$000	5:577\$600	0,47
Amendoim	4 sc.	3\$000	12\$000	0,001
Pinhões	6 sc.	4\$000	24\$000	0,0020
Cebolas	13 sc.	2\$000	26\$000	0,0022
Favas	28 sc.	7\$000	196\$000	0,0166
Centeio	10sc.	12\$000	120\$000	0,010
Produção total			1.180:072\$800	100

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15.10.1922 pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz: Typographia Lamberts & Riedl, 1922 p.110-111.

Outro fator que alavancou a situação econômica dos comerciantes foi a inauguração do ramal ferroviário entre Santa Cruz e a Estação do Couto²⁰, fato que reduziu os custos dos fretes tornando os produtos regionais e principalmente o fumo mais competitivos, segundo Vogt (1997). Este fato certamente foi bastante positivo para os comerciantes regionais, que poderiam colocar os produtos agrícolas no mercado em melhores condições e com menor custo.

O fato dos produtores agrícolas estarem atrelados de forma dependente aos comerciantes, devido ao sistema de permuta que utilizavam desde o início da

²⁰ Em 19 de novembro de 1905.

colonização, fez com que os benefícios da expedição dos produtos via férrea não fossem absorvidos pelos colonos, o que acentuou a acumulação de capital por parte dos comerciantes. Para se ter uma idéia da influência da estrada de ferro sobre o crescimento das exportações agrícolas na época, segundo dados de Roche (1969), em 1904, Santa Cruz exportou 3.451 toneladas, em 1906 3.827 toneladas, em 1907 3.915 toneladas, em 1908 5.398 toneladas, em 1909 6.102 toneladas, em 1910 6.521 toneladas, aumentando 89% em cinco anos.

Além desse aumento instantâneo das exportações, a estrada de ferro estimulou a produção de outros produtos. Produtos que já faziam parte das exportações aumentaram sensivelmente, como é o caso da banha que subiu 133%, do feijão 165%, do fumo 271%, da batata 412%, do milho 726%, mas apareceram novos produtos como o melaço, frutas, rícino, ovos, aves e manteiga, que além de promoverem a diversificação produtiva local, aumentaram a prosperidade econômica regional (Roche, 1969).

No início do século XX era comum o movimento nas cidades da região, principalmente nas vendas, onde os colonos se reuniam para trocar idéias. Nas ruas avistavam-se cavaleiros em seus galopes compassados e carretas puxadas por juntas de bois cheias de toras de madeira. Os carroções tracionados por cavalos carregavam rolos de fumo, melancias, abóboras, barricas de vinho, engradados com ovos e galinhas, balaios com legumes e até porcos (Glock In: Urbim, 1999).

A Tabela 13 a seguir mostra os preços dos produtos expedidos por Santa Cruz no ano de 1905, propiciando a análise do valor de cada produto e evidenciando os mais vantajosos em termos de preço.

Tabela 13: Produtos Expedidos por Santa Cruz em 1905

(continua na página seguinte)

PRODUTO	VALOR
De cada 15 quilos de fumo	\$300
De cada 15 quilos de banha de porco	\$300
De cada 15 quilos de toucinho	\$300
De cada 15 quilos de erva-mate	\$100
De cada 15 quilos de alfafa	\$100
De cada 15 quilos de casca	\$200
De cada 15 quilos de mel ou melaço	\$200
De cada 15 quilos de carne preparada	\$200
De cada 15 quilos de carne salgada	\$200
De cada 15 quilos de sola ou vaquetas	\$500
De cada 15 quilos de cera	\$500
De cada milheiro de charutos	\$500
De cada 60 quilos de arroz descascado	\$300
De cada 50 quilos de arroz com casca	\$300
De cada 50 quilos de batatas	\$100
De cada 50 quilos de milho	\$100
De cada 60 quilos de qualquer outro cereal	\$300
Por couro vaccum seco	\$300
Aguardente:	
A- 1 pipa	5\$000
B- 1/5	1\$000
C- 1/10	\$500
Por cabeça de gado suíno	1\$500
Por quilograma de manteiga	\$060
Por quilograma de queijo	\$020
Por quilograma de rapaduras	\$020
Por quilograma de laranjas de qualidade	\$010
Por cento de chifres	\$300
Por dúzia de ovos	\$020
Por quilograma de frutas não especificadas	\$010
Por quilograma de cabelo	\$040

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em 15 de outubro de 1905 pelo intendente Galvão Costa. Santa Cruz: 1905.

É interessante salientar que assim como o ramal ferroviário facilitou a exportação dos produtos regionais, da mesma forma aconteceu com a importação, que pouco a pouco se multiplicou para atender à procura da freguesia, ao mesmo tempo que proporcionou produtos de melhor qualidade, bem como possibilitou aos colonos dedicarem-se a um produto que tivesse um preço mais vantajoso.

Conforme Roche (1969), a tendência comercial na época era satisfazer a todas as necessidades do freguês, não existindo assim especialização entre as “vendas”, ao contrário, cada uma oferecia à freguesia um número cada vez maior de objetos ou artigos diversos.

A Tabela 14 a seguir mostra as fábricas e oficinas do município de Santa Cruz em 1910, comprovando a diversificação dos estabelecimentos deste local.

Tabela 14: Fábricas e Oficinas do Município em 1910

ESTABELECEMENTOS	NÚMERO
Alfaiatarias	25
Alambiques	30
Curtumes e lombilharias	16
Engenhos a vapor de descascar arroz	3
Fábricas diversas	65
Fundições de ferro e metais	2
Fundições de metal	2
Funilarias	12
Ferrarias	42
Marcenarias	50
Moinhos hidráulicos	35
Moinhos à vapor	3
Oficinas diversas	31
Serrarias hidráulicas	16
Serrarias à vapor	23
sapatarias	28

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15.10.1922 pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz: Typographia Lamberts & Riedl, 1922.

Os comerciantes da colônia que estavam habituados a manejar “fundos” progrediram e expandiram seus negócios na área regional; já os comerciantes das vilas e cidades, investiram os seus capitais em atividades manufatureiras e mesmo industriais, principalmente no ramo de beneficiamento do fumo, conforme Roche (1969).

Assim, paralelamente ao aumento da produção e exportação de fumo, multiplicaram-se as manufaturas onde se beneficiavam as folhas de fumo e onde

se “fabricavam” charutos e, posteriormente, cigarros.

Portanto, à medida que a integração da agricultura local ao mercado capitalista nacional foi consolidando-se, aumentou gradativamente a sua dependência das condições econômicas externas, tanto na escala nacional como na internacional. Daí a existência de oscilações no montante produzido e exportado. Outro fator que também deve ser considerado na dinâmica dessas oscilações é o fato de que nesse período - últimos anos do século XIX e anos iniciais do século XX - a economia gaúcha como um todo sofreu as dificuldades da concorrência de outras regiões, como Minas Gerais, que desfrutava das vantagens da proximidade do principal mercado consumidor do país (SP e RJ). A produção gaúcha de fumo, nessa época, ao contrário dos demais produtos agrícolas, escapa dessa concorrência, na medida em que a maior parte do produto era exportado para os países do Prata e para alguns países europeus, principalmente Alemanha.

Assim, no início deste século a agricultura colonial começou a enfrentar problemas decorrentes da queda da fertilidade natural da terra, da fragmentação das colônias em minifúndios de produção antieconômica e da concorrência nos mercados do centro do país com produtos nacionais de outras regiões ou importados de outros países.

Portanto, houve um esforço conjunto da comunidade regional incentivada pela administração pública municipal em melhorar a qualidade do principal produto comercial da região, o fumo. Para isso optou-se pela introdução de novas qualidades de sementes, primeiramente trazidas da Bahia e depois variedades mais adequadas ao comércio foram importadas dos Estados Unidos e de Cuba. Dessa maneira, no ano de 1899 o fumo correspondia, segundo relatos de Etges (1991), a 59% do valor exportado pelo município. E o Rio Grande do Sul alcança em 1911 o terceiro lugar entre os estados produtores de fumo do Brasil.

Já o artesanato, a partir dos progressos das comunicações e das produções maciças, enfrentou uma regressão generalizada nas colônias. A partir de então, com a concorrência dos produtos industrializados que eram de melhor qualidade e preço acessível, o destino do artesanato em geral foi o desaparecimento. Assim, o surgimento da indústria e do comércio urbano determinou a dissolução da fabricação doméstica, que provia a sobrevivência do pequeno produtor familiar com produtos variados, desde aqueles para consumo próprio, até os utilizados no trabalho diário; conseqüentemente ocorreu uma maior dependência da agricultura em relação aos setores externos à sua esfera econômica (Karnopp, 1995, p. 22). O artesanato rural dividia-se em dois grandes ramos: o fornecimento dos artigos necessários à vida local e a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis; este último ocupou importante lugar na economia das colônias e, no conjunto, obteve maior êxito, segundo Roche (1969).

Contudo, o incremento da agricultura aliado à melhoria do sistema de transportes, alavancou o desenvolvimento das atividades comerciais e como conseqüência o poder aquisitivo dos proprietários de casas comerciais. Os investimentos de melhoria dos sistemas de transporte e comunicação pela administração da colônia incentivaram a produção agrícola de modo geral e a do fumo em particular.

Como evidência do progresso econômico dos comerciantes, houve um investimento em 1904 que deu origem à Caixa Santa Cruzense, que tinha como objetivo realizar operações bancárias necessárias às atividades comerciais, principalmente aquelas relacionadas com as exportações de fumo. O Banco Agrícola Mercantil originou-se em 1938 dessa Caixa, com o objetivo de realizar todas as operações bancárias de que tinham necessidade urgente. De acordo com constatações de Roche (1969), a caixa foi dirigida com muita seriedade e eficiência para permitir não só o desenvolvimento da produção de fumo, mas também sua preparação no local e a criação de um pequeno parque industrial (fundição, metalurgia diferenciada, locomóveis e máquinas agrícolas).

Configura-se, portanto, que a prosperidade permitiu aos comerciantes a multiplicação de empresas cada vez mais vantajosas. Esses comerciantes abandonaram a prática direta da agricultura e o investimento imobiliário, voltando-se para outras atividades capazes de aumentar suas receitas ainda quando a produção agrícola de base diminuísse na região. Foi desta maneira que, em todas as colônias, os comerciantes contribuíram para resolver, por meio de suas reservas de capitais, o problema dos transportes a curta e longa distância: tomaram a iniciativa da construção de pontes, participaram das sociedades de navegação do Rio dos Sinos, do Caí, do Taquari, do Jacuí e até do Uruguai. Os pedidos de concessão de linhas de estradas de ferro foram, quase todos, feitos por comerciantes teuto-brasileiros associados a um técnico. O caminhão proporcionou-lhes novas atividades: transporte local, agência de venda, oficina de consertos, etc. (Roche, 1969).

O período econômico que abrange o capital comercial (1882-1917), caracteriza-se por iniciativas comerciais e industriais e a permanência da acumulação via comercialização e exportação de produtos (Etges, 1991).

O quadro estatístico da exportação de produtos tributados pelo município de Santa Cruz em 1914, que está exposto na Tabela 15, salienta novamente a diversificação produtiva desta região ainda neste período, evidenciando inclusive uma retração na produção de fumo; já as produções de banha de porco, milho, feijão e batata foram incrementadas (observar Tabela 12, onde se encontram os dados referentes à produção exportada no ano de 1901).

Tabela 15: Quadro Estatístico da Exportação de Produtos Tributados por Santa Cruz em 1914

Produtos	Quantidades	Importância	%
Fumo em folha	126.451 arr.	37:935\$300	45,22
Fumo em corda	2.900 arr.	870\$000	1,037
Fumo migado	24.962 ½ arr.	9:985\$000	11,903
Banha de porco	89.061 arr.	26:718\$300	31,852
Toucinho	71 ½ arr.	21\$450	0,025
Carne preparada	40 arr.	8\$000	0,009
Erva-mate	27.974 arr.	2:797\$400	3,335
Cera	132 arr.	66\$000	0,0787
Sola	625 arr.	312\$500	0,372
Alfafa	104 arr.	5\$200	0,0061
Casca	155 arr.	31\$000	0,037
Manteiga	6.824 kg	682\$400	0,81
Frutas	20.160 kg	100\$800	0,120
Cabelos	38 kg	3\$040	0,003
Lã	240 kg	9\$600	0,011
Feijão	9.698 sc.	2:909\$400	3,47
Arroz	2.770 sc.	831\$000	0,99
Amendoim	3 sc.	\$900	0,0010
Batatas	58 sc.	5\$800	0,0069
Milho	172 sc.	17\$200	0,020
Pedras ágata	236 arr.	47\$200	0,056
Ovos	2.420 dz.	96\$800	0,115
Aguardente		3\$000	0,0035
Charutos	24.000	12\$000	0,014
Telhas	29.270	87\$810	0,104
Couros	477	143\$100	0,1706
Chifres	1.000	3\$000	0,0035
Mudas de árvores	2.357	117\$850	0,14
Carroças grandes	5	10\$000	0,011
Carroças pequenas	49	49\$000	0,058
Total		83:880\$050	100

FONTE: Quadro estatístico de produtos tributados pelo município de Santa Cruz no ano de 1914. Santa Cruz: Secretaria do Thezouro Municipal de Santa Cruz, 1 de abril de 1915, p.7.

Constata-se assim que, embora vários autores defendam a especialização produtiva regional já em meados do século XIX, as tabelas acima refutam essa teoria, demonstrando através de dados em períodos seqüenciais, justamente o oposto, ou seja, que a região era diversificada e esta diversificação foi a base da riqueza econômica regional.

2.2 Da economia colonial diversificada à economia fumicultora: o longo caminho da especialização (1917-1966)

A indústria começa a desenvolver-se no Rio Grande do Sul, assim como em todo o Brasil, após a Proclamação da República e da adoção das tarifas alfandegárias de 1890. A abolição da escravatura, o reinício da imigração, os progressos da navegação de cabotagem e a política protecionista da República foram fatores propícios ao desenvolvimento da indústria rio-grandense, de acordo com Roche (1969).

No Rio Grande do Sul a transição da economia agrário-pecuarista para a economia urbano-industrial seguiu basicamente a via da acumulação interna, estando o comércio inteiramente vinculado ao mercado interno (regional e nacional).

Os transportes continuaram como sério obstáculo ao desenvolvimento do Rio Grande, apesar da encampação do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, nos anos de 1919 e 1920. Desde 1929, o porto de Porto Alegre era o 3º do Brasil, com um movimento ligeiramente superior a um milhão de toneladas, mas a movimentação era difícil porque as obras de construção do cais não haviam sido concluídas. O cais disponível era, então, de 1.823 metros, o que permitia a atracação de apenas uma parte das embarcações, enquanto as demais tinham que utilizar trapiches e armazéns particulares. Com o comércio em alta, havia ainda o problema dos custos (Muller, 1998).

Após a Primeira Guerra Mundial houve uma diminuição no número de indústrias, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil inteiro, mas em compensação o capital industrial quase dobrou, o que evidencia a concentração industrial nesse período. Há uma considerável preponderância de indústrias de

transformação²¹, tanto em número de estabelecimentos e de operários, como em capital e valor da produção.

É importante salientar que o fim da Primeira Guerra Mundial significou concorrência de produtos importados, e este fato modificou a realidade das indústrias gaúchas, assim como das indústrias de Santa Cruz e região. A partir de então estas indústrias tiveram que se tornar mais competitivas. Assim, em 1917 a British American Tobacco (B.A.T) instala-se em Santa Cruz e introduz novas técnicas de produção no principal produto da região, o fumo. Essas inovações se dão tanto em nível de produção industrial (com inovações tecnológicas no beneficiamento de fumo) como em nível de produção agrícola (com o uso de adubos e secagem das folhas em estufa). A partir de então, o fumo local torna-se mais competitivo, assim como há uma reorientação na fabricação de cigarros para obtenção de um produto mais elaborado.

Em Santa Cruz do Sul e região o período de (1917-1966) caracteriza-se pela aparição das primeiras relações capitalistas na economia, surgindo então o trabalho assalariado, introduzido principalmente pela indústria fumageira. Porém, no setor agrícola as relações de produção não chegam a ser modificadas.

Segundo informações de Krause (1991), Santa Cruz exportava no início desse período produtos como banha, feijão, milho, batatas, mandioca, cigarros, bebidas, bolachas, produtos de ferro, fumo desfiado, máquinas, licores, vinagre, charutos, café torrado, caramelos, chocolates, rapaduras, fumo em corda, xaropes, plantas vivas, doces, cal, carpintaria, vassouras e outros.

Dentre os produtos importados, os tecidos representavam em torno de 60%, em média, segundo Roche (1969); o artesanato de produtos têxteis logo

²¹ Segundo Sandroni (1994), a indústria de transformação é um setor da produção industrial voltado para a transformação de matérias-primas em bens, distinguindo-se portanto da produção agrícola e da indústria extrativa, vegetal e mineral. Abrange todos os momentos da produção industrial: matérias-primas elaboradas (aço), bens de capital (máquinas-ferramentas, auto-peças) e bens de consumo (automóveis, roupas). Inclui-se nessa categoria a produção agroindustrial, como açúcar, sucos e beneficiamento de produtos agrícolas.

desapareceu das antigas colônias e não existiu nas novas. Na região de Santa Cruz do Sul os teares e as rodas de fiar não foram suficientes para abastecer o rápido crescimento populacional e assim com o tempo esta atividade artesanal desapareceu, de acordo com Fontoura (1999).

Segundo constatações de Müller, o desenvolvimento da economia gaúcha até a década de 1950, fundado na sua agropecuária e agroindústria, estava mais ligado às exportações para os mercados urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco do que para seu mercado interno, evidenciando assim o caráter periférico e dependente da economia gaúcha, nesse período. A indústria gaúcha, trata-se, pois, até então, de uma indústria fundamentalmente voltada à elaboração de matérias-primas agropecuárias, de um lado, e, de outro, voltada ao fornecimento de algum equipamento e insumo a essa mesma agropecuária e a outras indústrias (Müller, 1979, p.364).

Outro autor que confirma essas constatações é Muller (1998, p.174), quando enfatiza que até a década de 40 a indústria gaúcha foi produtora de bens de consumo não-duráveis – uma indústria tradicional do ramo de produtos alimentares (47,94% do total da produção industrial em 1949) , evoluindo no sentido de aumento significativo dos segmentos de bens intermediários e de capital. Evidenciando esta peculiaridade da indústria gaúcha a Tabela 16 mostra a estrutura da produção industrial no Rio Grande do Sul nos anos de 1949/1959 e 1965.

Tabela 16: Estrutura da Produção Industrial no Rio Grande do Sul (em CR\$ 1.000 a preços de 1949)

Categorias de uso	1949		1959		1965	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de capital	162	1,73	875	3,85	2.027	6,23
Bens intermediários	2.140	22,81	6.581	28,97	8.555	26,31
Bens duráveis de consumo	215	2,29	636	2,80	1.111	3,42
Bens não-duráveis de consumo	6.863	73,17	14.627	64,38	20.825	64,04
total	9.380	100	22.719	100	32.518	100

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 Anos de Economia Gaúcha. Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul, 3. ed. Porto Alegre: FEE, 1987. v.4.32

Santa Cruz e região, assim como os demais municípios gaúchos no início deste período, também produzem vários produtos vinculados à agropecuária; para confirmar este fato, temos a Tabela 17, que mostra as indústrias e as profissões de Santa Cruz no ano de 1918.

Tabela 17: Indústrias e Profissões Lotadas Pela Intendência Municipal de Santa Cruz no ano de 1918

(Continua na página seguinte)

Espécie	Na cidade	No total
Casas de comércio de fazendas, ferragens, louças e miudezas	25	98
Secos e molhados	11	34
Hotéis	7	18
Livrarias	4	4
Typographias	3	3
Alfaiatarias	10	33
Sapatarias	6	21
Padarias	5	7
Açougues	6	8
Barbearias	7	9
Relojoarias	7	9
Marcenarias	11	49
Carpintarias	-	18
Pedreiros	8	32
Escultores	4	10
Torneiros	1	1
Seleiros e lombilheiros	3	17

Funilarias	3	12
Ferrarias	6	37
Fábricas de preparar fumo	4	4
Fábricas de preparar licores	2	2
Fábricas de banha	3	4
Fábricas de formas e cadeiras	2	3
Fábricas de tijolos e telhas	-	22
Fábricas de gelo	1	2
Fábricas de cerveja	-	2
Fábricas de gasosa	1	5
Fábricas de torrar café	1	2
Fábricas de bolacha	1	1
Fábricas de foguete	-	1
Fábricas de charutos	-	2
Fábricas de vassouras	-	1
Fábricas de obras de vime	2	3
Fábricas de sabão	-	2
Fábricas de chapéu	1	1
Fábricas de águas minerais	1	1
Serrarias	-	37
Forno de cal	1	1
Curtumes	-	13
Médicos	3	5
Parteiras	1	16
Dentistas	5	11
Advogados	6	6
Fotógrafos	3	4
Farmácias	3	8
Engenheiros	3	3
Filiais de bancos	2	2
Agências	2	2
Agências de clubes de sorteio	2	2
Engenhos de erva-mate	-	3
Moinhos	-	36
Alambiques	-	7
Matadouros	-	14

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15.10.1922 pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz: Typographia Lamberts & Riedl, 1922, p.117.

Diante disto, interessa-nos aqui destacar a origem do capital das primeiras indústrias no Rio Grande do Sul, e também (e principalmente) dessa Região. O início da industrialização na Microrregião Fumicultora esteve atrelado ao sucesso de sua agricultura, direcionada para exportação, o que oportunizou o estímulo ao desenvolvimento das atividades de beneficiamento de produtos primários, possibilitando que o acúmulo de capital nas mãos dos comerciantes e ao mesmo tempo exportadores locais tornasse possível a instalação de novas unidades de produção a partir da utilização de tecnologias mais avançadas, conforme Silveira

(1997).

O processo de industrialização no RS desencadeou-se a partir da gradativa substituição de produtos importados por similares fabricados localmente. Portanto, a indústria gaúcha aproveitou um mercado já existente que havia se formado devido à superioridade competitiva da indústria estrangeira sobre o artesanato local, segundo Vogt (1997, p.98).

Dessa forma, a Primeira Guerra Mundial impulsionou a indústria nacional, assim como a regional, pois ao restringir as importações incentivou o investimento na produção e abriu novas possibilidades à exportação. Os ramos que se desenvolveram foram a alimentação, a madeira, a cerâmica, o vestuário, os produtos químicos, a metalurgia, os couros e os instrumentos de transporte, segundo Roche (1969).

Os comerciantes também tiveram um papel muito importante na industrialização gaúcha, pois, graças a sua iniciativa, sobretudo no domínio da técnica, foi possível a passagem da produção do modo artesanal ao da manufatura e da usina, conforme Roche (1969). Os investimentos dos comerciantes proporcionaram uma produção em maior escala e assim o surgimento de muitas indústrias.

Os anos de 1914 a 1925 foram de grande prosperidade, pois os preços dos produtos agrícolas subiram exorbitantemente. Como evidência, podemos citar os seguintes itens: o preço da banha dobrou, o da batata-inglesa triplicou, o da mandioca quadruplicou, o do milho sextuplicou e o do feijão decuplicou²².

Infelizmente os preços pagos aos colonos eram bem inferiores aos preços de Porto Alegre, principalmente em função do alto custo do frete, embora tenham havido progressos dos meios de transporte. Assim, o aumento dos preços dos

²² Dados obtidos em Roche (1969).

produtos agrícolas estimulou a produção e as trocas, mas o preço pago ao produtor continuou muito baixo.

A Tabela 18 demonstra as exportações de Santa Cruz no ano de 1921 com os respectivos valores parcial e total, possibilitando assim a observação da importância pecuniária de cada produto. Outro dado muito importante a ser destacado nesta tabela é o aumento na exportação de fumo, aumento este superior a 100% (observar valor exportado em 1914 na Tabela 15).

Tabela 18: Produtos Exportados por Santa Cruz em 1921

(continua na página seguinte)

Produtos	Quantidade	Valor parcial	Valor total	%
Fumo em folha	4.210.882 kg*	\$900	3.509:062\$500	53,03
Fumo miguado	164.011 kg	2\$350	385:425\$850	5,824
Fumo destalado	16.185 kg	1\$900	30:751\$500	0,464
Fumo em corda	23.861 kg	1\$500	35:791\$500	0,5408
Banha	1.571.437 kg	1\$500	2.357:155\$500	35,62
Feijão	580.938 kg	\$300	174:281\$400	2,6338
Arroz	115.550 kg	\$240	27:732\$000	0,42
Amendoim	40 kg	\$220	8\$000	0,00012
Lentilhas	1.740 kg	\$500	880\$000	0,013
Manteiga	1.605 ½ kg	4\$000	6:420\$000	0,097
Mel	367 kg	\$800	293\$000	0,0044
Batatas (inglesa)	680 kg	\$320	217\$000	0,0032
Melado	30 kg	\$600	18\$000	0,00027
Milho	10 sc.	7\$500	75\$000	0,0011
Ervilhas	50 kg	1\$500	75\$000	0,0011
Cevada	300 kg	\$600	180\$000	0,0027
Toucinho	330 kg	1\$500	495\$000	0,0074
Rapaduras	115 kg	7\$000	7\$050	0,00010
Lages	44 dz.	24\$000	1:056\$000	0,0159
Taboas e madeiras de lei	20 dz.	60\$000	1:200\$600	0,0018
Taboas de pinho	1539 dz.	35\$000	53:865\$000	0,814
Ovos	527 ½ dz.	\$700	368\$000	0,0055
Mudas de árvores frut.	3893	2\$000	7:786\$000	0,1176
Mudas de árv. Ornamentais	71	1\$000	71\$000	0,0010
Telhas de barro	104.940	220\$000	23:086\$800	0,348
Gado suíno	25	30\$000	750\$000	0,0113
Total			6.617:051\$100	100

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15.10.1922 pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz: Typographia Lamberts & Riedl, 1922 p.114.

* Correspondente a 284.519 arrobas de fumo.

O gado existente no município de Santa Cruz em 1920 era, por espécie e número de cabeças, segundo BARTHOLOMAY (1922, p.119), o seguinte: 36.623 bovinas, 16.020 eqüinas, 4.586 asininas e muares, 741 caprinas, 120.011 suínas e 2.619 ovinas. A Tabela 19 abaixo reforça a diversificação da economia regional.

Tabela 19: Indústrias e Profissões Lotadas pela Intendência Municipal de Santa Cruz no ano de 1921

(continua na página seguinte)

ESPÉCIE	NA CIDADE	NO TOTAL
Casas de comércio de fazendas, ferragens, louças e miudezas	38	127
Secos e molhados	15	35
Botequins	50	209
Hotéis	6	6
Livrarias	4	4
Typographias	3	3
Alfaiatarias	10	40
Sapatarias	6	23
Padarias	3	5
Açougues	14	15
Barbearias	9	16
Relojoarias	4	5
Marcenarias	16	59
Carpintarias	2	23
Pedreiros	10	43
Torneiros	1	1
Seleiros e lombilheiros	5	29
Funilarias	7	17
Ferrarias	6	43
Fábricas de preparar fumo	3	3
Fábricas de licores	2	2
Fábricas de banha	4	5
Fábricas de formas e cadeiras	2	3
Fábricas de tijolos e telhas	6	32
Fábricas de gelo	2	2
Fábricas de cerveja	1	4
Fábricas de gasosa	1	7
Fábricas de torrar café	4	4
Fábricas de bolachas	2	
Fábricas de foguetes	1	2
Fábrica de charutos	1	1
Fábrica de vassouras	-	1
Fábrica de obras de vime	1	3
Fábrica de sabão	2	2
Fábrica de chapéus	1	1
Fábrica de águas minerais	1	2
Serrarias	3	55
Forno de cal	1	1
Curtumes	1	7
Médicos	4	10
Parteiras	2	15

Dentistas	8	17
Advogados	5	5
Fotografias	4	4
Farmácias	3	6
Engenheiros	4	4
Filiais de bancos	2	2
Agências	1	1
Engenhos de erva-mate	-	3
Moinhos	3	48
Alambiques	-	8
Matadouros	2	25
Ourives	3	3
Lingüiceiros	5	5
Confecções e modas	2	3
Bilhares	4	5
Casas de pasto	11	25
Confeitarias	6	8
Casas de baile	2	78
Jogo de bola	4	13
Oficinas mecânicas	6	6
Pedreiras	-	8
Engenhos de aguardente	-	15
Oficinas de obras de ornamentação	7	14
Oficinas de encadernação	1	1
Fundições	2	2

FONTE: Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15.10.1922 pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz: Typographia Lamberts & Riedl, 1922, p. 119.

Segundo Bartholomay (1922, p.116), além das fábricas enumeradas no quadro das indústrias existentes em Santa Cruz em 1921, devemos salientar, por exemplo, a importância da produção de licores e bebidas, assim como de produtos farmacêuticos, de aparelhamento de madeiras, e outras, sem falar ainda na manufatura de cigarros e beneficiamento de fumos, que haviam tido considerável incremento nos últimos dez anos. Das indústrias extrativas, de que é objeto importante a pedra grêz para construções e obras de cantaria, sendo abundantes as pedreiras existentes no município e subúrbios da cidade, não temos dados que representem o valor do seu comércio.

A Tabela 20 abaixo mostra a produção agrícola do município de Venâncio Aires na safra agrícola 1927/1928, salientando a diversificação produtiva da mesma e a pujança da sua agricultura.

Tabela 20: Produção Agrícola de Venâncio Aires em 1927/1928

PRODUTO	ÁREA (HA)	TONELADAS
Milho	17.170	38.100
Mandioca	130	480
Arroz	670	1.000
Feijão	2.350	3.000
Alfafa	810	3.900
Batatas	620	2.800
Trigo	130	120
Cana	80	90
Fumo	1.270	800
Cebolas	3	19
Amendoim	60	270
Uvas	74	185
Laranjas	157	1.500
Lentilhas	50	120

FONTE: (FEE) Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul. V ano. Anos de 1925-1926-1927. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Federação, 1928.

Alguns ramos mais sofisticados também começam a aparecer na região a partir de então, como evidência temos o aparecimento dos cafés-sorveterias, dos relojoeiros e dos fotógrafos. As “fábricas” de tijolos, as oficinas de ferreiros, serralheiros, latoeiros e mecânicos de automóveis tornaram-se cada vez mais numerosos. O número de alfaiates, artesãos do couro, seleiros e sapateiros também elevou-se. Porém, o maior aumento nota-se no setor de transformação dos produtos agrícolas (300% em relação a 1910). Entretanto, o número dos moinhos de cereais diminuiu, e os que restaram transformaram-se em estabelecimentos industriais. Já a fabricação do azeite, a preparação da banha, a destilação dos álcoois industrializaram-se (Roche, 1969).

Quando a partir de 1917, na Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, há o início da subordinação do colono fumicultor ao capital agro-industrial, a dependência do colono transfere-se do comerciante para a agroindústria fumageira que, já no final da segunda década do século atual, implanta o sistema de produção integrada de fumo.

De acordo com Vogt (1994), em 1917 a British American Tobacco, empresa

de capital inglês, instala-se no município. Em 1920 altera sua razão social para Companhia Brasileira de Fumo em Folha, e em 1955 é alterada novamente, desta vez para Cia. de Cigarros Souza Cruz - Indústria e Comércio. Com sua instalação tem início inúmeras mudanças que passariam a reorientar o conjunto do setor. É ela quem introduz, em caráter experimental em 1918 o fumo “Virgínia”, cuja secagem passou a ser realizada através das primeiras estufas construídas nesse ano. Essa empresa propiciou ainda a introdução de novas técnicas de cultivo, o uso de adubos, a seleção e o melhoramento genético de sementes como forma de obter fumo de melhor qualidade e assim adequar-se às demandas do mercado fumageiro.

A partir de então, quando a indústria fumageira se vincula ao modo de produção capitalista, há um aumento da demanda de fumo ocasionado pela melhor qualidade do produto local, o que estimula na área rural um progressivo aumento da área destinada a esse produto, ocasionando assim uma diminuição da área destinada aos demais produtos agrícolas, cultivados tanto para subsistência do produtor e sua família como para o mercado.

Portanto, foi a Souza Cruz que introduziu as mudanças e inovações tecnológicas na Microrregião Fumicultora e foi, segundo a teoria do desenvolvimento de Schumpeter²³, a responsável pelas mudanças no fluxo circular da economia regional. Conforme Liedke (1977, p.37), enquanto agente de reorganização técnica e social da produção, essa empresa redefiniu a produção de fumo no Estado sem alterar sua estrutura fundiária.

²³ Schumpeter (1997), em sua obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico : Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*; apresenta “O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”, onde aparece a figura central do empresário inovador - agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção tecnológica.

Também a relação entre a inovação, a criação de novos mercados e a ação de empreendedor está descrita por Schumpeter: “É, contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele “educados”; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que tem o hábito de consumir”. Daí a prescrever a “destruição criadora”, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos.

Conforme Etges (1991), no ano de 1918 a produção de cigarros no país ainda era totalmente dependente da importação de fumos. Devido a este fato, a Souza Cruz passa então a contratar funcionários estrangeiros para o plantio de fumo. Inicia-se a partir daí, amplo programa de estímulos, assistência técnica e investimentos com o objetivo de implantar e desenvolver o cultivo do fumo no sul do Brasil.

Com a implantação do sistema de produção integrada de fumo, os plantadores passam a adquirir insumos provenientes da indústria e a fornecer a matéria-prima diretamente para a agroindústria fumageira a que estão ligados, eliminando assim os intermediários. A introdução desse sistema proporcionou uma maior dependência do pequeno produtor à agroindústria fumageira, fazendo com que estas tivessem garantido o fornecimento da sua matéria-prima sem precisar realizar investimentos na compra de terras e nem mesmo se arriscar com uma cultura com grandes riscos como é a cultura do fumo, e o mais importante, evitou gastos com a compra de força de trabalho para a fase agrícola da produção.

Segundo Godinho (1980), o vínculo estabelecido entre a empresa industrial e a rural tem por base menos o endividamento do agricultor e mais a necessidade de garantia de venda do produto por este. O endividamento na compra de insumos rotineiros, não contando aqui a compra de implementos, em geral não ultrapassa 20% do valor da produção anual de fumo, sendo quase insignificante quando comparado ao preço da terra.

Quanto à iniciativa da Souza Cruz ao inserir o fumo de estufa (que hoje representa a quase totalidade da produção regional), sem dúvida nenhuma aprimorou muito o processo de secagem do fumo; no entanto, não liberou parte da força de trabalho da unidade familiar para outras tarefas. Muito pelo contrário, exigiu ainda mais mão-de-obra do que o sistema de secagem em galpão.

A partir de 1918, quando a indústria de fumo já se organizava sob relações capitalistas, 6 estabelecimentos de preparação de fumo para exportação, pertencentes a famílias locais, experimentando dificuldades no período pós - guerra, associaram-se para enfrentar a concorrência do capital estrangeiro. Esse período, portanto, é marcado pela concentração e consolidação da indústria de fumo em Santa Cruz do Sul enquanto importante ramo da produção industrial.

Assim, a fundação da Souza Cruz introduziu várias mudanças no processo produtivo do fumo na Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul -RS, logo, foi essa empresa que alavancou as mudanças e inovações tecnológicas necessárias a esse novo perfil competitivo em que a região passa então a estar inserida. No entanto, cabe aqui salientar que a Souza Cruz instalou-se na região por ter conhecimento da já existente estrutura sócio - econômica regional, da sua geografia e seu clima. Portanto, instalou-se em uma região de pequenos produtores caprichosos, alemães na sua grande maioria, e onde a policultura era praticada paralelamente a um produto principal: o fumo. Ou seja, esta empresa somente aproveitou-se de uma estrutura favorável ao cultivo de fumo já existente no local.

O efeito mais imediatamente observável da instalação da B.A.T no Rio Grande do Sul foi a duplicação do volume físico da produção de fumo na década de 20, que passa de cerca de 15.000 toneladas para aproximadamente 30.000 toneladas. A partir de então, a Cia de Fumos Santa Cruz (empresa de empresários locais) sofre um impacto em termos de concorrência no mercado regional, segundo Liedke (1977).

A implantação das indústrias de beneficiamento de fumo e fabricação de cigarros na região promoveu uma alteração qualitativa em suas exportações nesse ramo. O fumo “exportado” de Santa Cruz do Sul até 1919, com exceção de pequena parcela, não era beneficiado. A partir da instalação, em moldes capitalistas, das empresas de beneficiamento de fumo e de fabricação de

cigarros, o produto exportado passa a ter um maior valor adicionado.

Nesse período, a indústria fumageira além de incrementar o beneficiamento do fumo, passou a fazê-lo de modo mais elaborado, através do emprego de processos mais modernos, como o de esterilização das folhas. Isso demonstra que a consolidação da indústria se fez, de um lado pela presença de uma certa divisão técnica do trabalho no interior das fábricas, e de outro, em função do atendimento de uma demanda que, além de não restringir-se mais aos mercados regional e nacional, proporcionava uma alteração qualitativa em suas exportações, segundo Silveira (1997).

Entre os anos de 1915/1930 o cultivo de fumo no Rio Grande do Sul teve um grande impulso, a produção de fumo cresceu 106%, a área cultivada aumentou 64,5%, portanto o rendimento médio por hectare também aumentou (Vogt, 1997). Esse aumento de produtividade certamente está relacionado com as novas técnicas e ensinamentos difundidos pelos instrutores contratados pelas fumageiras. Quanto à expansão da área cultivada, esta provavelmente está relacionada à garantia de comercialização do fumo, e também aos financiamentos que as empresas fumageiras concediam aos produtores de fumo e pelo retorno financeiro que melhorou em função da obtenção de fumos de melhor qualidade e em maior quantidade.

Segundo Pesavento (1983), na região fumicultora por excelência – Santa Cruz, Candelária, Lajeado, Venâncio Aires – nas décadas de 20 e 30 subsistia ainda a lavoura de subsistência ao lado da lavoura do fumo. O cultivo do fumo não se tornara especializado ainda a ponto do colono abandonar a policultura de subsistência e concentrar-se na produção daquele gênero para o qual tinha comprador certo e preço aparentemente compensador.

A Tabela 21 abaixo demonstra a produção do município de Venâncio Aires nos anos de 1938/1939, evidenciando a diversificação produtiva e ao mesmo

tempo o aumento na área de produção de fumo, com a concomitante diminuição na área das demais culturas, provavelmente provocada pela queda no valor dos demais produtos e o aumento no valor do fumo.

Tabela 21: Produção Agrícola de Venâncio Aires nos Anos de 1938/1939

PRODUTO	ÁREA /1938	ÁREA/1939	VALOR/1938	VALOR/1939
Alfafa	1.605 ha	1.255 ha	3.852:000\$	2.510:000\$
Amendoim	58 ha	55 ha	58:000\$	26.560\$
Arroz	766 ha	720 ha	279:590\$	216:000\$
Batata inglesa	300 ha	110 ha	420:000\$	132:000\$
Cana	682 ha	500 ha	545:600\$	400:000\$
Feijão	485 ha	505 ha	194:000\$	161:600\$
Fumo	1.975 ha	2.010 ha	5.926:000\$	6.633:000\$
Mamona	3 ha	-	2.700:000\$	-
Mandioca	1.089 ha	1.080 ha	980:100\$	518:400\$
Milho	46.000 ha	44.500 ha	13.800:000\$	6.675:000\$

FONTE: (FEE) Anuário estatístico do Estado. 1º volume. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo- Barcellos, Bertaso & Cia, 1941.

Outro fato que pode ser observado na Tabela 21 é que o valor dos demais produtos agrícolas diminuiu; o exemplo mais evidente é o do feijão, que embora tenha tido um aumento na área cultivada de 485 para 505 hectares, teve uma queda no valor da produção de 194:000\$ para 161:600\$.

A Tabela 22 abaixo mostra a produção agrícola de outro município desta Microrregião Fumicultora referente aos anos de 1938/1939, confirmando o mesmo ocorrido em Venâncio Aires, ou seja, aumento na produção de fumo, porém com uma diferença, a área destinada aos demais produtos agrícolas aumentou apesar da queda do seu valor.

Tabela 22: Produção Agrícola de Candelária nos anos de 1938/1939

PRODUTO	ÁREA/1938	ÁREA/1939	VALOR/1938	VALOR/1939
Alfafa	22 ha	13 ha	39:600\$	23:400\$
Alho	3 ha	5 ha	6:600\$	10:600\$
Amendoim	23 ha	8 ha	14:400\$	4:800\$
Arroz	1.268 ha	1931 ha	1.902:000\$	2.201:340\$

Batata doce	52 ha	92 ha	62:400\$	55:200\$
Batata	65 ha	90 ha	117:000\$	72:000\$
Cevada	11 ha	5 ha	5:700\$	2:400\$
Cana	87 ha	120 ha	87:000\$	115:200\$
Cebola	9 ha	10 ha	37:800\$	18:000\$
Feijão	709 ha	755 ha	255:200\$	226:500\$
Fumo	1.678 ha	2.260 ha	5.034:000\$	6.463:600\$
Mamona	20 ha	15 ha	2:000\$	16:800\$
Mandioca	30 ha	154 ha	48:000\$	77:000\$
Milho	240 ha	6.200 ha	129:600\$	2.232:000
Trigo	5 ha	10 ha	1:500\$	3:600\$
Uvas	4 ha	6 ha	6:400\$	14:400\$
TOTAL	4.226	11.678	7.749:200\$	11.538:840\$

FONTE: (FEE) Anuário estatístico do Estado. 1º volume. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo- Barcellos, Bertaso & Cia, 1941.

No período de 1920/1950 houve uma diminuição do tamanho das propriedades da região. Como exemplo podemos citar os municípios de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul que, respectivamente, possuíam em média, 21 e 40 hectares em 1920 e 19 e 23,43 hectares em 1950 (Roche, 1969).

As razões da ocorrência da parcelização das terras, segundo Vogt (1997, p.155), podem ser encontradas nas seguintes causas: queda da produtividade na agricultura, em virtude dos métodos de cultivo precários e da exaustão do solo agrícola; o bom preço alcançado pelo fumo - principal mercadoria comercializada durante os anos 40, principalmente até 1947, o que possibilitou a formação de pecúlio por parte do grupo familiar e o seu investimento na aquisição de terras em outras regiões coloniais; na excessiva parcelização das propriedades ocorrida nas décadas anteriores, fato que colocou em risco a reprodução do grupo familiar em decorrência da exigüidade de terras para a forma de cultivo praticado e as tecnologias então empregadas.

Portanto, a elevada parcelização da terra no referido período também influenciou na especialização produtiva regional dado o ínfimo tamanho das propriedades da região. A questão é agravada quando se levar em consideração a topografia dos municípios, muito acidentada na sua maior parte, sobrando a partir de então poucas alternativas de produção ao pequeno agricultor, pelo menos no que se refere a um produto comercializável e de preço compensador. Atualmente, 28,8% dos agricultores possuem de 0 a 10 hectares e 28,6% não possuem terra e trabalham em regime de parceria/arrendamento²⁴. Ou seja, o tamanho reduzido das propriedades inviabiliza a mecanização da produção, o que dificulta a difusão de outras culturas de forma mais abrangente.

Conforme relatos de Godinho (1980), o período que vai de 1919 a 1965

²⁴ Dados obtidos no Relatório de Atividades da Afubra do ano de 1999.

caracteriza-se pela transformação dos produtos agrícolas (alimentos e fumo) pelas indústrias locais que os utilizam como matéria-prima. Os produtos beneficiados nessas indústrias eram exportados para os centros capitalistas do Rio de Janeiro, São Paulo e exterior. Além das indústrias de fumo instalaram-se indústrias de produtos alimentares, sendo uma das mais importantes o Frigorífico Excelsior, que produz derivados de carne em geral (frios e banha). Essa empresa iniciou suas atividades a partir de 1940, e se utiliza de matéria-prima (suínos) adquirida principalmente no município de Santa Cruz do Sul e região.

Nesse mesmo período, outras indústrias são implantadas em Santa Cruz, porém, essas não se utilizam de produtos regionais; como exemplo tem-se a Mercur (1924) indústria de produtos de borracha, atualmente uma das mais importantes do município, conforme Godinho (1980).

Entretanto, mesmo com o desenvolvimento da indústria no município de Santa Cruz do Sul - RS, o setor fumageiro destacou-se dos demais, pois o fumo foi o produto agrícola que melhor se adaptou às oscilações do mundo pós-guerra²⁵. Esse setor a partir de então passa a ser o responsável pelo desenvolvimento econômico da região e como tal, o centro em torno do qual giram quase todas atividades produtivas da região. Quanto às demais culturas agrícolas, após cem anos, a colônia do fumo apresenta sinais de envelhecimento em sua agricultura, que a partir de meados do século atual cede lugar à especialização e as demais culturas praticamente saem de cena, conforme Roche (1969).

Outro fato que justifica o melhor desempenho da cultura do fumo em relação às demais, é que a partir da Segunda Guerra Mundial o café entrou em crise, pois os importadores empobrecidos deixaram de comprá-lo, na época era o maior produto brasileiro de exportação. E para compensar a quebra, os cafeicultores paulistas reduziram as plantações deste produto, passando então a plantar arroz,

²⁵ Durante e após a Segunda Guerra Mundial, o consumo de cigarro aumentou no mundo todo.

feijão e a produzir charque e banha, tornando-se assim concorrentes dos produtos agrícolas gaúchos, com exceção do fumo.

Contrariamente a Santa Cruz do Sul e ao Brasil, o Rio Grande do Sul como um todo enfrenta uma crise no pós - guerra, crise essa de caráter endógeno, pois se coloca do lado da oferta, isto é, resulta de problemas internos. Uma primeira causa residiria no esgotamento da base física, sem modificações na produtividade do setor primário²⁶. Uma segunda causa estaria na inflexibilidade do quadro institucional agrário (má distribuição da propriedade). Uma terceira estaria na estrutura dos investimentos: quantias somas foram investidas sem qualquer critério reprodutivo, tendo em vista, fundamentalmente, a aplicação imobiliária.

Finalmente, a crise deveria ser creditada à rigidez da indústria gaúcha, à sua incapacidade em acompanhar os índices nacionais de crescimento e de diversificação possível, conforme Müller (1979).

Segundo Singer (1968), a introdução de tecnologia agrícola no Estados concorrentes do Rio Grande do Sul (Paraná, São Paulo, Goiás e Minas Gerais) foi superior em termos de mecanização e de produtividade por hectare de algumas culturas (milho, batata e feijão). Mas de acordo com este autor a crise da economia gaúcha (entre 1950/60) não se deve apenas ao surgimento de produtos mais competitivos, e sim ao modo de produção como um todo, que não permite o uso de técnicas mais avançadas. A rotação de culturas, a adubação, o uso de sementes selecionadas, a recuperação das terras esgotadas, o desenvolvimento da irrigação e a expansão do uso de máquinas exigem investimentos que ultrapassam a capacidade de acumulação de capital da pequena propriedade. A pequena propriedade é incompatível com o sistema de rotação de terras a longo prazo, e ao mesmo tempo não oferece possibilidades de adoção de sistemas

²⁶ Os colonos continuam cultivando como seus antepassados aprenderam dos primeiros ocupantes (os índios). Deles receberam também o nome dessa prática, a Roça e o de suas diversas operações. O sistema de cultura designado pelo nome de rotação das terras já foi analisado muitas vezes, é a agricultura itinerante da queimada, o “ray”, é o processo das populações das montanhas da Indochina ou dos índios (ROCHE, 1969).

tecnicamente superiores.

Embora tenha havido um aquecimento econômico gerador de investimentos no ramo industrial regional entre 1940-1960, de um modo geral as empresas se mantiveram de pequeno porte e em sua maioria com mão-de-obra familiar. Aliás, com exceção das manufaturas de fumo e das fábricas de máquinas agrícolas, quase todas as empresas se conservaram artesanais. O ramo mais desenvolvido do artesanato, é, sem dúvida, o de transformação dos produtos agrícolas.

No Rio Grande do Sul, durante a década de 50, todos os gêneros mais expressivos do conjunto da produção estadual como o têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, confecções de roupas e agasalhos, fabricação de calçados (exceto artigos de borracha), produtos alimentares, abate, preparação de conservas de carne, banha de origem animal, bebidas, fumo, editorial e gráfica, cresceram abaixo dos seus congêneres de São Paulo (Passos e Lima apud Muller, 1998).

Já o Brasil na década de 50 implantou a industrialização da agricultura dentro do processo de “modernização conservadora”; a partir de então a agricultura toma novos rumos. Essa modernização consistiu na incorporação de produtos químicos como insumos, fertilizantes, adubos químicos, defensivos agrícolas, sementes geneticamente produzidas e maquinaria, ou seja, a agricultura passou a ser um grande comprador dos produtos da indústria nacional e internacional. É importante salientar que a passagem do modo tradicional de produzir para o moderno não ocorreu a partir de características endógenas do setor agropecuário. Isso se deu em função da aliança de interesses entre as forças agrárias dominantes e os capitais industriais nacionais e internacionais, que influenciaram as políticas governamentais no sentido da garantia de comercialização e do fornecimento de crédito para a utilização dos insumos e equipamentos modernos (Karnopp, 1995).

Paralelamente às mudanças na estrutura da produção industrial gaúcha, houve, entre 1949 e 1964, um processo de concentração e de acumulação de capital que são indispensáveis a essas mudanças. O movimento seguinte nesse processo (cuja primeira etapa ocorreu na década de 20, quando as indústrias assumiram o lugar das manufaturas de base artesanal), dados os graus de integração e complexidade da economia nacional, teve forte participação de capitais de fora do Estado, gerando o temor da “desgauchização da economia” (Muller, 1998, p.174).

Esse processo de acumulação e concentração prosseguiu durante as décadas seguintes, com as seguintes características :

“...através da introdução de progresso técnico e dos limites que isto impõe à expansão do emprego, através de um aumento da capacidade de acumulação e, conseqüentemente, de uma maior concentração da renda industrial em favor dos lucros, assim como do alargamento do espectro salarial, verificável pela evolução diferenciada das remunerações dos quadros administrativos e dos assalariados. A conjugação desses fenômenos levou a uma maior concentração da renda industrial no Rio Grande do Sul, o que parece indicar que o Estado se aproxima das características essenciais do processo de acumulação vigente no centro hegemônico da economia nacional” (FEE. 25 Anos de economia p.142 apud Muller, 1998).

No contexto regional o direcionamento de parte da produção industrial (principalmente do setor fumageiro) ao mercado externo, com suas exigências diferenciadas, mudou o perfil produtivo da região. Em 1965, já existiam em Santa Cruz do Sul 515 estabelecimentos comerciais. A partir daí, a indústria fumageira de capital local começa a ceder espaço ao grande capital internacional, especialmente norte-americano e inglês. O progresso que se originou em função do desenvolvimento industrial criou novos postos de trabalho, mas aumentou a população das cidades, fazendo com que se perdesse o perfil rural tradicional.

Segundo Montali (1979), em 1955 a indústria do fumo já era responsável por 58,90% do valor da produção industrial e ocupava 41,3% da força de trabalho empregada no setor; segundo essa mesma autora, entre 1950-1960 a indústria do fumo já se define como o setor mais importante da economia regional, com 16 estabelecimentos nesse ramo entre 1952 e 1965. Assim, gradativamente o centro dinâmico da economia se deslocou da área rural para a urbana.

A agricultura evidenciava durante esse período acentuado decréscimo nas culturas de subsistência. De acordo com Roche, as culturas de alimentos comercializáveis (feijão, batata, milho) também tiveram declínio na produção. Essas culturas representavam em 1895, 79% do total da produção agrícola, em 1924 representavam 70% e, em 1950 apenas 43%. Paralelamente a esse processo crescia a produção de fumo, que até o ano de 1946 dobrava de 20 em 20 anos, segundo Roche (1969).

A partir de 1956, com a criação do Departamento de Mutualidade da Afubra, que passou a assegurar as lavouras de fumo contra granizo, verifica-se um aumento da produção de fumo na Microrregião Fumicultora, ou seja, o seguro mútuo, por diminuir as perdas da safra dos pequenos agricultores, também influenciou na especialização produtiva regional.

A produção industrial da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS caracteriza-se pelo beneficiamento de produtos locais com vistas ao mercado nacional (Rio de Janeiro e São Paulo), como de alimentos e fumo, sendo que este último é parcialmente exportado para o exterior, e produção de vestuário e móveis para o atendimento regional, participando assim do processo de substituição regional de produtos importados, conforme Godinho (1980).

Contudo, o período pós - guerra diminuiu o volume da produção agrícola em Santa Cruz do Sul e região; em 1950 houve acentuada queda na produção de fumo, que segundo Roche (1969), caiu a 6.873 toneladas. O volume da produção

agrícola de Santa Cruz do Sul, referente ao ano de 1950, representava apenas 57% do volume da produção obtida em 1939 (Roche, 1969). Durante e após a II Guerra Mundial o consumo de fumo elevou-se em todo o mundo, gerando aumento de preço e conseqüentemente de produção no final da década de 40. Esse aumento de produção provocou uma superprodução em nível mundial, fazendo com que desde 1947 as exportações desse produto diminuíssem, processo que gerou uma crise no setor fumageiro que durou 20 anos (Vogt, 1994).

Os dados censitários de 1940 evidenciam a importância do setor industrial para a economia de Santa Cruz do Sul; o valor da produção industrial referente a esse ano representava 33% da renda gerada, o comércio 34% e a agricultura 27% (Godinho, 1980).

A partir da década de 50, quando o presidente JK implementa o Plano de Metas (1956-1961), a indústria brasileira começa a contar com um progressivo aumento do capital oligopolista internacional nas suas empresas. O governo criou um conjunto de leis que buscavam regulamentar a remessa de lucros para o exterior, de maneira favorável aos interesses do capital monopolista internacional, bem como inúmeras isenções e subsídios à instalação de novas indústrias estrangeiras no país, criando ainda as condições para que essas empresas pudessem tomar empréstimos no exterior a juros subsidiados. Esse conjunto de medidas governamentais levou a uma aceleração da concentração e da centralização do capital no país. As grandes corporações fumageiras internacionais, a exemplo de outros ramos industriais, acabariam por não resistir aos acenos do governo brasileiro (Silveira, 1997).

Conseqüentemente, a indústria da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS também passa a contar com um aumento da participação do capital internacional nas empresas do principal setor industrial da região, o setor fumageiro. A partir de então a região passa a depender do capital oligopolista

multinacional.

2.3 A Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS (1967-...)

O setor fumageiro passou por profundas transformações a partir dos anos sessenta. No período de 1962-1967 o governo federal adotou uma política anti-inflacionária para conter o consumo. Para tanto, restringiu o crédito às empresas e arrochou os salários. Assim, com o crédito restrito, os financiamentos aos produtores ficaram comprometidos e também novos investimentos no âmbito da indústria fumageira.

Além disso, em função da política anti-inflacionária, houve uma diminuição na venda tanto de cigarros como de fumo em folha no país, principal mercado da região. O mercado externo nesse período ainda não representava alternativa de peso para o escoamento da produção local, devido à baixa qualidade do produto (Vogt, 1994). Portanto, esse período foi muito difícil às empresas fumageiras de capital nacional e como consequência aos produtores agrícolas. Houve acúmulo de fumo beneficiado nas empresas, o que acabou gerando prejuízos e a partir de então as empresas começaram a limitar a área plantada.

No período de 1960/70 constatou-se o maior êxodo da população rural, pois o crescimento da população rural chega a ser negativo (-0,17% ao ano). Essa evasão está intimamente associada ao parcelamento da propriedade (devido à divisão entre os herdeiros) mas também, e principalmente, aos baixos preços do fumo, que apresentam sua maior queda nos anos de 1962 e 1963²⁷, e, ainda, às dificuldades sofridas pelo agricultor, decorrentes da crise da indústria fumageira. A crise da indústria, já apontada, que ocorre a partir dos últimos anos do primeiro quinquênio da década de 60, reflete-se na produção agrícola. A limitação da área

²⁷ Dados obtidos em Vogt (1993).

de plantio imposta pelas empresas, bem como o pagamento do produto com atrasos e de forma parcelada, dificultaram as condições de existência dos produtores e levou parte deles a abandonar o campo, migrando para a cidade de Santa Cruz do Sul e outras regiões(Montali, 1979).

De acordo com Vogt (1994), a descapitalização dos industriais, aliada à redução do crédito para novos investimentos, limitavam as possibilidades de investimentos em novas tecnologias no âmbito do beneficiamento e principalmente no da produção de fumo.

Dessa forma, na segunda metade da década de 60 a indústria fumageira de Santa Cruz do Sul e região entra em crise, assim como inicia-se o processo de desnacionalização da mesma. Além disso, esse período caracterizou-se por uma política de atração ao capital internacional, através de incentivos às corporações multinacionais. Na época, o modelo brasileiro de desenvolvimento incentivava a associação com o capital externo e também as exportações. Conhecido como modelo de desenvolvimento “voltado para fora”, a partir da metade da década de 60 iniciou-se um período de desenvolvimento voltado para o mercado internacional (exportações).

No período 67/68 se dá o processo de concentração empresarial e internacionalização das indústrias do fumo. Com isto, desaparecem as cooperativas de fumo, e a produção e comercialização do produto passa a ser controlada exclusivamente pelas empresas industriais(Liedke, 1977).

Portanto, a crise da indústria fumageira de Santa Cruz do Sul e o processo de desnacionalização da mesma, são os marcos iniciais do domínio do capital oligopolista nessa região. A partir da década de setenta, ocorreu o incremento e a consolidação da atividade agroindustrial fumageira, sob a hegemonia do capital oligopolista internacional. Um dado interessante, é que a produção de fumo foi um dos poucos segmentos com participação majoritária de capitais estrangeiros que

expandiu-se na década de 70 no Rio Grande do Sul.

A partir de então, o aumento da produção de fumo e a crescente demanda do mercado internacional no âmbito da agroindústria multinacional fizeram-se acompanhadas de importantes alterações técnicas e funcionais no processo de beneficiamento industrial do fumo, de forma a aperfeiçoar o processamento do produto e assim permitir o aumento dos níveis de produtividade. Para tanto, houve por parte das multinacionais, crescentes investimentos em capital constante (máquinas, equipamentos, prédios, laboratórios etc.) e o simultâneo aperfeiçoamento de equipamentos para a cura, a destala e o enfardamento do fumo.

Vogt lembra o fato de a Rodésia, atual Zimbawe, tradicional país produtor e exportador de fumos nobres, ter enfrentado problemas políticos e conflitos étnicos em função do processo de independência junto à Inglaterra durante esse período. Com isso, as corporações fumageiras lá instaladas resolveram procurar outras áreas produtoras de fumo para garantir a regularidade no fornecimento de sua principal matéria-prima. É aí que entra a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul -RS, e principalmente o município de Santa Cruz, que já era conhecido por essas empresas. Assim, como a região já beneficiava fumo e possuía uma produção agrícola significativa deste produto tornou-se viável a vinda dessas corporações. Portanto, as dificuldades enfrentadas pelas companhias em operar na Rodésia abriram novas perspectivas para a colocação do fumo brasileiro no mercado externo, cuja expansão se dá a partir de 1969.

A partir deste ano intensificou-se a vinda do capital internacional, que gradualmente foi comprando ações das empresas locais até assumir o controle acionário do empreendimento. É importante salientar que mesmo com o controle acionário total ou majoritário, essas multinacionais faziam questão de manter os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais.

Com a chegada dessas multinacionais, ocorreram mudanças tanto na produção quanto no beneficiamento industrial de fumo. Na área rural, as multinacionais além de aumentarem o preço pago aos produtores, impuseram o emprego de novas tecnologias para obterem um produto de melhor qualidade e produtividade. As culturas de subsistência também foram parcialmente orientadas por essas empresas devido à necessidade de fazer rotação com o fumo para manter certas propriedades da terra. No âmbito da indústria, vários investimentos foram feitos em capital fixo, oportunizando novas e amplas instalações, como também a crescente mecanização do processo de beneficiamento (Montali, 1979).

Assim, o aumento de produtividade da agricultura, nos anos 70 e 80, foi consequência do uso de fertilizantes, defensivos e maquinários. Pouco foi obtido com melhorias no manejo de solos. Aliás, os problemas relacionados à baixa produtividade agrícola não eram exclusivos do Rio Grande do Sul. Pelo contrário, o Estado manteve por muito tempo uma produtividade superior às médias nacionais para várias de suas lavouras, mas essa vantagem comparativa perdeu significado, tornando-se inclusive negativa em relação a alguns cultivos e regiões produtoras de outros estados, em função do esgotamento do solo e da descapitalização dos produtores gaúchos.

Fauth apud Muller (1998), acrescenta que entre as décadas de 70 e 80 a maior parte dos principais produtos agrícolas gaúchos - feijão, milho, soja, trigo, batata-inglesa, cebola e mandioca - perderam posição relativa, considerando-se a área, produção e produtividade de cada uma delas no país. Ou seja, afora a produção de arroz irrigado, a agricultura do Estado, comparada à nacional, mostrou-se praticamente estagnada na década de 80, em relação à década de 70, indicando um crescimento bem menor que o brasileiro.

Portanto, no período pós-75, quando houve a consolidação dos complexos

agro-industriais²⁸ em nível nacional, a região ganha mais um impulso para a especialização produtiva no fumo. Os complexos agro-industriais são formados por uma interligação de compra e venda entre as indústrias fornecedoras para a agricultura (a montante), a agricultura e as agroindústrias processadoras de produtos agrícolas (a jusante). No entanto, na Microrregião Fumicultora essas ligações de compra e venda geram um efeito multiplicador pequeno devido ao fato de tanto a indústria a montante como à jusante não pertencerem à região e por serem na sua grande maioria multinacionais, fazendo com que a renda que poderia ser reinvestida localmente seja enviada para fora do contexto regional.

Essas mudanças e inovações tecnológicas, oriundas da modernização do setor agrícola, oportunizaram a partir de 1970 o incremento das exportações para a Europa e para os Estados Unidos, dinamizando a atividade fumageira regional e impulsionando a urbanização da região. Até o ano de 1970, segundo dados censitários, 86% da população economicamente ativa participava das atividades primárias, enquanto em 1980 essa participação passa para 41%. Já os setores secundário e terciário, ocupavam respectivamente, 31% e 28% da população economicamente ativa do município de Santa Cruz do Sul no ano de 1980. Portanto, a partir desse período, a zona urbana passa a comandar a dinâmica econômica regional, já que as atividades industriais e terciárias são realizadas na zona urbana.

No entanto, há algumas características – nem sempre desejáveis – que acompanharam a modernização agrícola brasileira e que se manifestaram colateralmente a ela. Entre as quais podemos citar a queda na disponibilidade de alimentos, o crescimento do emprego sazonal e a concentração da renda no campo.

²⁸ Os “complexos agro-industriais” são vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente. O termo complexo é utilizado para identificar conjuntos de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e fracamente relacionadas com o resto das atividades. Esses conjuntos são vistos de forma dinâmica, o que torna sua delimitação menos rígida do que seria uma tipologia ou uma análise sistêmica (Kageyama, 1990, p.115) .

No setor do fumo, a fabricação de cigarros representava 32% da produção regional, de sorte que já não se expedia para o resto do Brasil só fumo em folhas, como outrora. É, talvez, um dos exemplos mais característicos da evolução da indústria rio-grandense. Até o último quartel do século XIX, o fumo rio-grandense era despachado bruto para a Alemanha, Hamburgo e Bremen, de onde voltava após ter sido tratado; depois, não ia mais do que à Bahia ou ao Rio de Janeiro, para retornar sob a forma de charutos ou cigarros de melhor acabamento que os produtos do artesanato local; por fim, no próprio Rio Grande do Sul, e através de firmas, na maioria teuto-rio-grandenses esse produto é agora transformado (Roche, 1969).

No Rio Grande do Sul, também houve especialização na indústria. A concentração da produção industrial em alguns setores foi decorrente de uma especialização que tinha doses variáveis de influência do mercado, da disponibilidade de insumos, de matérias primas e da iniciativa empresarial.

A especialização da indústria gaúcha durante a década de 70 prosseguiu, também sob dois aspectos importantes, muitas vezes desconsiderados pelas análises baseadas em dados mais gerais. Na produção de bens duráveis, como visto²⁹, o Rio Grande não foi beneficiado pela implantação de novas empresas - pelo menos não com a magnitude do que ocorreu no Sudeste do país. Além disso, a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, com suas vantagens fiscais, não apenas desviou para o Amazonas parte dos novos investimentos, como também provocou a transferência para lá de parte da produção originariamente realizada em outros estados, inclusive no RS, como ocorreu com a linha de produção de motos da Agrale. As vantagens oferecidas às empresas que optassem por Manaus eram suficientes para compensar os custos de transportes de insumos até a cidade e dos produtos até os mercados do Centro - Sul, o que afetou a já baixa competitividade das indústrias concorrentes instaladas no Rio Grande (Muller, 1998).

²⁹ Ver Tabela 16.

Dessa forma, já em 1974 houve um aumento de 48,8% na produção de fumo em Santa Cruz do Sul (Liedke, 1977). Mesmo com o crescimento da indústria de fumo entre 1971 e 1974, as tecnologias adotadas e a mecanização de certos setores fizeram com que a partir de 1975 parte dos operários fossem substituídos por máquinas.

De acordo com o Sr. H. Werner em entrevista à Montali em 1975:

“Entre 1971 e 1974 deu-se o crescimento da indústria do fumo. Em 1973 e 1974 chegou a faltar mão-de-obra nas indústrias e a safra ultrapassou o período normal em 2 meses. Ocorreram importantes modificações na indústria do fumo e o efeito se fez sentir em 1974: uma delas é que o fumo era exportado em folha (fumo em folha) até 1971. A partir de 1971 a maior parte do fumo exportado passou a ser destalado, isto é, sem talo, em uma proporção de 60%. Outra é que a destala foi mecanizada. Assim, em 1975 - apesar do aumento da produção do fumo pelas fábricas, com a mecanização e portanto a substituição de alguns trabalhadores pelo trabalho da máquina - os safristas já passaram a trabalhar no período normal” (Werner apud Montali, 1979).

Em contrapartida, a produção agrícola foi alavancada pela retomada e expansão da indústria do fumo. Assim, a partir de então já não há mais área de plantio delimitada pelas empresas, e sim incentivo para que o produtor aumente sempre mais sua área plantada³⁰. Ocorreu assim, o crescimento da produção do fumo em 48% entre as safras 1972/73 e 1973/74 e em 32% entre 1973/74 e 1974/75; com um aumento da área plantada de 25% e 14% respectivamente, ou seja, houve um aumento no rendimento médio de toneladas por hectare, segundo Montali (1979).

Conforme Fürstenau (1988), o RS absorveu sozinho mais de 40% do crédito repassado à produção de fumo nos últimos anos³¹. Em termos de volume, no entanto, essa alta participação não tem grande significado em vista da pequena

³⁰ A partir de 1975 eleva-se substancialmente o crédito de custeio para o fumo no RS, segundo Fürstenau (1988, p.105), o que também deve ter influenciado no aumento da produção deste produto.

³¹ O autor está se referindo a segunda metade da década de setenta.

participação de recursos alocados na produção de fumo como um todo - em termos percentuais, os recursos alocados nesta produção, no Brasil, alcançam o máximo de 2%. É necessário considerar, no entanto, que a distribuição dos recursos, neste caso escassos, é extremamente concentrada em algumas regiões, privilegiando o Rio Grande do Sul.

A unidade de produção agrícola da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul - RS, que tem como produto principal o fumo³², por necessitar da garantia de sua venda para a sobrevivência do grupo familiar, compromete-se no início do cultivo com uma determinada indústria de fumo. Dessa forma, passa a depender sempre mais dessas indústrias na medida em que cresce, para ele, a importância do fumo como o produto que oferece rendimentos monetários necessários para a garantia da sobrevivência da unidade de produção agrícola familiar.

Por parte dos agricultores este vínculo se faz necessário porque representa mercado certo no final da safra, do qual provém a maior parte dos seus rendimentos monetários. Além disto, não se tem apresentado como alternativa uma outra linha de produção que signifique melhor fonte de rendimento monetário: seus produtos alimentares, ou tem baixa cotação no mercado (carne de porco, leite, mandioca), ou não tem condições de competir com a lavoura empresarial (soja, trigo, arroz), conforme Liedke (1977).

Etges (1991), afirma que há um limite imposto para que os camponeses não deixem de produzir fumo, que são a existência de crédito bancário, que é fácil apenas para o fumo, e a garantia de sua comercialização, que não existe para os demais produtos. Para esta autora, se estas condições fossem oferecidas para outros cultivos também, muitos, certamente, abandonariam o cultivo do fumo. Karnopp (1995), acrescenta que a política de crédito e subsídios praticamente não está ao alcance desses pequenos produtores familiares de forma satisfatória.

³² Atualmente, em média, cerca de 73% dos estabelecimentos rurais da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul -RS produzem e dependem da cultura do fumo, segundo dados obtidos no Censo Agropecuário 1995-1996.

Fürstenau (1988), reforça esta constatação ao enfatizar que a distribuição do crédito rural e dos subsídios a ele inerentes deixa bastante a desejar, uma vez que os produtores de maior porte tendem a ter um acesso mais fácil aos empréstimos institucionais, embora suas necessidades financeiras sejam relativamente menores que as dos pequenos produtores rurais.

Além disso, a indústria fumageira da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul -RS estrutura-se frente às unidades produtoras de fumo como um oligopsônio. Como tal, embora a concorrência entre as indústrias seja eliminada no que se refere, por exemplo, à determinação dos preços da matéria-prima, manifesta-se na competição que entre elas se estabelece na arregimentação de fornecedores de fumo (Montali, 1979).

Miranda Neto apud Muller (1998), constata que a tendência que se observa é de dupla pressão sobre a rentabilidade do produtor, já que de um lado ele compra insumos em um mercado oligopolizado, e de outro, vende os seus produtos para um oligopsônio, que também impõe seus preços de compra.

Conforme constatações de Montali (1979), o instrutor, que é contratado pela indústria fumageira para assessorar os produtores agrícolas, estimula os pequenos produtores a plantarem mais fumo e com maior produtividade para que assim possam obter maior “lucro”³³. O produtor por sua vez, para compensar o baixo preço recebido pelo fumo se dispõe a plantar mais como forma de obter maiores rendimentos monetários.

Para plantar mais, é necessário que se façam investimentos em estufas, insumos, implementos agrícolas, o que por sua vez torna o produtor mais dependente dos financiamentos da indústria de fumo, sem falar que é necessário se especializar nesse produto (devido à pequena dimensão da propriedade) e

³³ Segundo Montali (1979), embora a unidade de produção agrícola de fumo, como não capitalista que é, não obtenha lucro com sua produção e sim excedentes, é sensível ao apelo de maiores rendimentos monetários e, na tentativa de compensar os baixos preços que obtém para o fumo, planta sempre maiores áreas.

adquirir o necessário para prover a subsistência familiar no mercado.

Na realidade, cria-se um círculo vicioso no processo de vinculação entre empresa e produtor. A dependência além de ser inevitável, é cada vez maior, e portanto, o produtor fica atrelado de forma a não poder ter autonomia sobre sua produção.

De acordo com Sefrin (1995), quando da chegada dos anos 60, já percebia-se na Microrregião Fumicultora uma evidente tendência à monocultura, o que tornaria a região dependente da cultura do tabaco, gerando assim riscos à estabilidade econômica de toda a região. Pois, ao dispensarem as culturas de subsistência, os agricultores comprometiam grande parte da renda do fumo com a aquisição de produtos necessários para sua sobrevivência no mercado.

Além disso, na medida em que o ramo fumageiro se desenvolve tanto na cidade como na zona rural, cria-se um contexto no qual é propício a atividades comerciais e de serviços enquanto suporte deste setor. Assim, o setor fumageiro além de dinamizar as atividades produtivas já existentes na região, como é o caso da metalurgia, construção civil e metal-mecânica, cria oportunidades para o surgimento de outras tantas.

E é exatamente por isso que a indústria do fumo tem uma inter-relação vertical articulada com os demais setores produtivos regionais, pois estes setores se desenvolveram a partir de uma necessidade/demanda do setor fumicultor. Ou seja, estes setores se adaptaram e alguns até surgiram em função das necessidades do setor fumo.

O incremento na produção de fumo, a partir da internacionalização do setor, gerou periódicas e alternadas grandes safras de fumo que estimularam a produção industrial de beneficiamento de fumo e o aquecimento da economia regional. Ou seja, nesses momentos, o incremento das atividades fumageiras e

dos níveis de comercialização e de exportação do produto tem proporcionado um aumento no montante de capital que passa a circular principalmente na economia urbana. Assim, como reflexo desse processo, tem-se igualmente um incremento nas atividades industriais, comerciais e de serviços, a ele direta ou indiretamente vinculados (Silveira, 1997). Da mesma forma, nas entressafras toda a economia de um modo geral sofre as conseqüências de depender de uma atividade produtiva que implica em variáveis cíclicas na geração de renda, emprego, salários, impostos etc. ou seja, há um desaquecimento na economia regional.

Aliás, conforme Pasquotto apud Muller (1998), o efeito multiplicador dos produtos que o Rio Grande exportava no período pós 64 (85% correspondentes a soja e seus subprodutos, calçados, fumo e carne) era muito pequeno. Esse autor constatou que o aumento das exportações não se refletiu em crescimento da economia gaúcha nas proporções registradas em outros países, quando, normalmente, há uma “correlação entre crescimento de exportações e do produto interno na proporção de 1,5, por um, ou no máximo de dois por um, um acréscimo de 10% das exportações implicaria em que a renda interna crescesse em 5%”.

Pasquotto apud Muller (1998, p. 249), constata o seguinte quanto às exportações gaúchas e seu efeito multiplicador sobre a economia:

“No caso do Rio Grande do Sul, a relação obtida ao longo do período examinado (1967-1981) foi da ordem de três por um, o que aponta para o limitado efeito multiplicador das exportações. Tal relação torna-se impraticável para perpetuar-se indefinidamente, sob pena de exaustão dos recursos internos, na lógica de que para aumentar sua renda interna em 7%, necessitaria aumentar as exportações em 21%, em flagrante dessintonia”.

De acordo com Muller (1998), o comentário de Pasquotto é especialmente interessante porque, além do problema apontado, indica dois outros aspectos cruciais para a compreensão da economia gaúcha no período posterior a 1964: o elevado grau de extroversão econômica do Estado e a transferência de renda para outras regiões do país daí resultante.

Assim, os reflexos das decisões e das estratégias estabelecidas pelas corporações multinacionais em sua participação no mercado, envolvem e permeiam, com graus variados de intensidade, cada lugar constituinte da sua espacialidade. Nesse aspecto, há que se ter presente o novo conteúdo da divisão social do trabalho em nível global. Contexto em que a aceleração da mobilidade do capital e seus respectivos e simultâneos efeitos integradores e fragmentadores se acompanham de uma polarização espacial, onde o duplo movimento de descentralização da produção e de desenvolvimento do controle e da gestão, no âmbito global, levam a que tenhamos hoje uma interdependência do local ao global (Silveira, 1997, p. 157).

Além disso, a hegemonia do setor fumageiro na geração de renda, emprego e recursos fiscais, propicia um privilegiado poder junto às autoridades políticas regionais, o que proporciona a obtenção de investimentos em recursos estruturais e sociais adequados ao desenvolvimento desse complexo produtivo, segundo Silveira (1997).

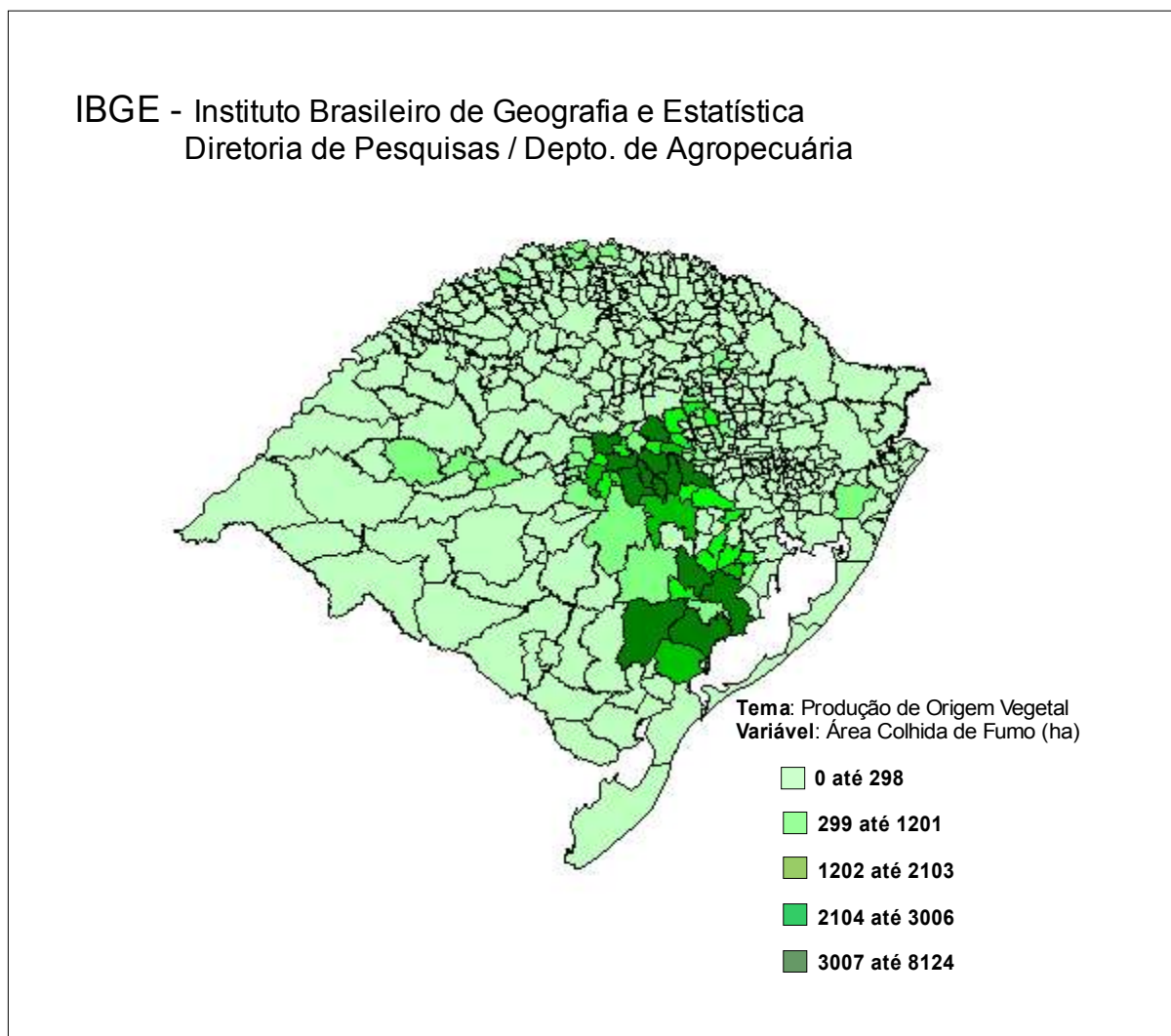
E aí é criado outro círculo vicioso desse sistema, pois cada vez mais investe-se recursos públicos num mesmo setor, o que acaba prejudicando o desenvolvimento de outras atividades necessárias à diversificação produtiva regional. É importante que se saliente que a indústria fumageira é muito importante para a economia regional; o que não deve acontecer é a região ficar tão dependente desta atividade, é necessário que se oportunize o desenvolvimento de outras atividades paralelamente à fumageira.

O processo de internacionalização das empresas agrofumageiras estava no auge no ano de 1979, e a partir de 1985, com a dinamização do ramo agrofumageiro, tem-se a consolidação da hegemonia do capital internacional no desenvolvimento da economia regional. A partir de então aumentaram os níveis de produtividade da lavoura de fumo.

Verifica-se uma mudança na espacialidade da produção de fumo em nível mundial a partir do final da década de oitenta. Os países centrais produziam 47% da produção mundial nos anos 60 e declinaram a produção para 31% no final dos anos oitenta, enquanto os países periféricos, no mesmo período, elevaram sua produção de 52% para 69%. “Tal mudança se deve às ações das multinacionais fumageiras nesses países, onde - atraídas pelo potencial desses mercados nacionais, pelo baixo preço da matéria-prima, pelo apoio fiscal e infra-estrutural dos governos locais e pela disponibilidade de numerosa e barata força de trabalho - acabaram expandindo suas atividades e simultaneamente promovendo mudanças que viabilizassem o aumento da produtividade e da qualidade do produto” (Silveira, 1997, p. 152).

A figura a seguir ilustra a concentração da produção de fumo na parte central do Rio Grande do Sul, onde está localizada a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, confirmando as informações acima mencionadas.

Figura 1 – Mapa da área colhida de fumo (ha)



Fonte IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

O mapa acima destaca na sua parte central a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS, evidenciando a área colhida de fumo em hectares.

Nessa região, destacamos as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, localizadas no Vale do Rio Pardo, na área central do Estado do Rio Grande do Sul, que com a internacionalização do setor fumageiro passaram, nos anos posteriores, a desempenhar um papel destacado na configuração espacial

desse setor, ganhando expressão no mercado internacional fumageiro pelo fato de juntas abrigarem, em termos de produção, compra e beneficiamento industrial do fumo, o maior complexo agro-industrial do gênero no mundo, segundo Silveira (1997).

Em relação ao destino do fumo beneficiado industrialmente neste complexo fumageiro, 35% serve para alimentar o mercado doméstico e 65% é exportado. Os maiores importadores do fumo brasileiro são os países da União Européia, que consomem 41%, e os Estados Unidos 19%. O restante é exportado para o Japão, México, Itália, Venezuela, Bélgica, Austrália e Suíça³⁴. O Brasil é o 4º maior produtor de fumo entre os 103 países produtores mundiais, participando com 7,8% no volume total produzido. Além disso, o fumo participa com 2,5% na pauta de exportações brasileiras.

No ano de 1996 o Departamento de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul, sob a coordenação dos professores Adelar Fochezatto e Sabino da Silva Porto Júnior, construiu a Matriz de Insumo-Produto do Vale do Rio Pardo – RS. A partir deste estudo possibilitou-se o conhecimento detalhado das inter-relações setoriais regionais e a constatação quantitativa da especialização produtiva regional.

À luz da análise deste estudo obteve-se dados econômicos regionais, tais como a participação setorial no Valor Bruto da Produção e Valor Adicionado. Constatou-se com estes dados que o setor fumageiro participa com 67,86% do (VBP), seguido pelo setor agropecuário que participa com apenas 8,54% do (VBP). Além disso, o setor agropecuário mostrou-se um importador líquido: cerca de 40% do VBP demandado do setor na região é atendida através de importações de outras regiões. Tal comportamento deve-se, em parte à importação de fumo em folha de outras regiões e, em parte, à importação de produtos agrícolas de

³⁴ Dados obtidos em palestra na UNISC, proferida pelo diretor da Souza Cruz, Haroldo Roedel, em 20 de outubro de 1999.

consumo final (Fochezatto e Porto Júnior, 1996).

A participação setorial no Valor Adicionado não difere muito do verificado no dado anterior, já que o setor fumageiro participa com 64,63% e o segundo setor em participação no (VA) é o agropecuário com apenas 12,56%. Portanto, é gritante a concentração produtiva regional no setor fumageiro e a conseqüente dependência econômica e vulnerabilidade regional em relação a este setor produtivo.

Outro dado a ser destacado da análise da Matriz Regional é que 54,43% dos insumos utilizados pelo setor fumageiro são importados, e isto porque a maior parte dos insumos utilizados por este setor é fornecido por empresas multinacionais localizadas fora da Região. A internalização da produção destes insumos na Região é inviável já que é um setor que exige um investimento inicial muito alto e uma escala de produção incompatível com a demanda regional.

Enfim, com uma matriz produtiva pouco diversificada, os setores produtivos regionais obrigam-se a importar grande parte dos insumos que utilizam no seu processo produtivo. Outro dado importante, é que a região importa até mesmo produtos de consumo final que são produzidos por setores com participação relevante na economia regional, como é o caso do setor agropecuário que não consegue suprir a demanda de batata, por exemplo³⁵. Ou seja, a substituição de importações nestes setores é um fator essencial para o desenvolvimento desta Região. Hazari e Krishnamurty apud Souza (1999), constataram ser os setores agroindustriais os que mais criam emprego no processo de crescimento econômico.

Síntese dos fatores que influenciaram na especialização produtiva regional:

³⁵ Dados obtidos em Spies (1997).

1) A política de crédito rural foi um dos instrumentos fundamentais para a consolidação da especialização produtiva regional devido a dois fatores :

- Primeiramente por não haver nenhuma política de crédito rural até novembro de 1965, fato que estimulou a opção dos produtores por (a partir de 1920) se atrelarem a alguma fumageira que lhes financiasse a safra. Pois antes do surgimento do Sistema Nacional de Crédito Rural, eram as fumageiras que financiavam a safra dos produtores de fumo. Construção do forno, talagarças, adubo, pulverizador, inseticidas e, às vezes, até mesmo suprimento em dinheiro, corriam por sua conta como forma de adiantamento (Vogt, 1997). Atualmente o custeio da safra é garantido através de convênios firmados com os bancos e avalizados pelas companhias fumageiras, que tratam de toda a operação financeira e trâmites burocráticos, evitando assim que o colono tenha que enfrentar as filas dos bancos.

- Pelo fato de, a partir de 1965, quando da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, 40% de todo crédito de custeio repassado à produção de fumo no Brasil ter sido enviado ao RS.

2) Outro elemento fundamental para a especialização produtiva regional foi o financiamento do desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil. Tal política teve lugar a partir de meados dos anos 60 e serviu de contraponto ao *Sistema Nacional de Crédito Rural* no que se refere ao setor a jusante da agricultura. Seus resultados foram bastante positivos, permitindo o crescimento da oferta de alimentos processados no mercado interno e garantindo competitividade aos produtos manufaturados e semimanufaturados de origem agropecuária do Brasil no exterior. O fumo foi um destes produtos, o que fez com que a produção regional deste produto aumentasse em detrimento das demais culturas.

3) O preço do fumo foi fator de suma relevância para a especialização produtiva regional pois foi o produto que melhor se adaptou às oscilações do mercado, e já

em 1901 (observar dados da Tabela 12) superava o valor dos demais produtos em até 6,5 vezes, como é o caso da batata. Qualquer elevação no preço do produto de exportação incitava à especialização produtiva, segundo Castro (1972).

4) A garantia da comercialização do fumo ao final de cada safra também foi decisivo por se tratar de um bem agrícola e portanto perecível. Isto não acontece, por exemplo, com os demais produtos agrícolas regionais como o feijão, o milho, o tomate, a cebola, o alho, etc. que têm um mercado incerto.

5) A assistência técnica oferecida aos produtores pelas empresas fumageiras também influenciou na especialização regional na produção de fumo, bem como o pagamento do frete da casa do colono até a indústria, efetuado pela fumageira.

6) Outro fator decisivo foi a concorrência enfrentada pelos produtos tipicamente gaúchos como milho, arroz, cebola, batata, feijão e mandioca, com a produção de outros estados brasileiros a partir dos anos 50.

7) A melhoria do sistema de transportes facilitou tanto a especialização produtiva regional quanto a própria importação de manufaturas.

8) A tradição já secular do plantio de tabaco na região, aliada ao fato de tratar-se de cultura intensiva em mão-de-obra e que não exige muita terra nem maquinários.

9) A implantação do seguro mútuo da Afubra, que assegura a produção contra granizo, vendaval e queima de estufa, reduzindo os riscos do pequeno produtor.

10) Finalmente, e fundamentalmente, a vinda das multinacionais para a região que fomentaram inovações no sistema de produção, fazendo com que a qualidade e produtividade do fumo regional permitissem maior competitividade do

produto no mercado internacional de fumo.

3 ESPECIALIZAÇÃO X DIVERSIFICAÇÃO: LIMITES E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Existem várias implicações em se depender de uma atividade produtiva que está vinculada irreversivelmente ao capital transnacional. Uma delas é a vulnerabilidade do local com relação a qualquer mudança no mercado internacional deste produto. Assim, constatando-se que o setor fumageiro participa com 68% do Valor Bruto da Produção Regional, verifica-se a vulnerabilidade e dependência de toda região desta atividade produtiva.

Para reduzir a vulnerabilidade do complexo produtivo regional se faz necessário potencializar a implantação ou o desenvolvimento de novos setores capazes de funcionar como pontos de articulação adicionais. Um complexo produtivo que depende de apenas um ponto de articulação, é vulnerável porque a redução da produção ou o desaparecimento deste ponto de articulação existente poderá colocar em depressão todo o complexo produtivo. As crises no interior do complexo podem ser ocasionadas, principalmente, se o ponto de articulação for muito sensível às flutuações conjunturais externas (caso do setor fumageiro), transportando-as dessa forma, para seu interior (Souza, 1999).

Além disso, o desenvolvimento da informática e dos meios de comunicação tem facilitado às empresas transnacionais o controle, a partir do centro, do processo produtivo nas mais distantes regiões ou países. Desse modo, partes do

processo produtivo de grandes empresas tem sido deslocadas para outros locais, em função de menores custos salariais, da qualificação da mão-de-obra e da disponibilidade dos recursos naturais.

Segundo Cintra e Haddad (1978), as empresas motrizes cuja localização geográfica não obedece a critérios de mercado, caracterizam-se pela extração dos recursos que se produzem localmente, limitando a possível internalização dos benefícios provenientes dos efeitos multiplicadores da renda, constituindo-se, assim, em verdadeiros enclaves industriais. Estas empresas motrizes geram desenvolvimento dependente. A tecnologia empregada por estas empresas é poupadora de mão-de-obra, por isso, há um baixo nível de emprego gerado por capital investido. Um exemplo típico na região é a Unidade de Processamento de Fumo da Souza Cruz situada em Santa Cruz do Sul.

O desequilíbrio regional tem, neste fenômeno, uma de suas principais fontes de agravamento (ou mesmo de geração), quando se trata de uma empresa matriz monoprodutora, altamente dependente das decisões conjunturais ou estruturais tomadas pela matriz. Essas empresas caracterizam-se pela elevada mobilidade parcial ou integral de suas instalações de um local para outro, tornando ainda mais vulneráveis as regiões em que atuam, onde o montante investido na filial constitui, em geral, um percentual reduzido do capital total da matriz.

Quando se trata de empresas caracterizadas por altos coeficientes de relações interindustriais (caso do setor fumageiro), a conformação do enclave industrial gera, paralelamente, uma rede de pequenos e médios estabelecimentos vinculados à empresa central, e sua função de extrair recursos locais e a sua baixa capacidade de internalizar benefícios tende a se modificar. A grande unidade de transformação continua enviando grandes parcelas de excedentes para os países de origem, mas, as receitas líquidas auferidas pelos empresários locais são reinvestidas ou gastas, ainda que parcialmente, na região onde atuam, devido aos efeitos multiplicadores de renda. Porém, segundo Hazard apud Souza

(1993), um setor pode ter índice de encadeamento superior à média global do resto do sistema e seus impactos se exercerem em poucos setores. Provavelmente é o que ocorre com o setor fumageiro.

O setor agropecuário é um setor peculiar na região, pois mantém interligação com quase todos os setores na economia. É, portanto, um setor fundamental para a dinâmica da economia regional, já que quase todos os setores, em maior ou menor grau, adquirem seus produtos como consumo intermediário (Spies, 1997).

No entanto, como o setor agropecuário é um setor que importa grande parte dos seus insumos, como por exemplo máquinas e equipamentos agrícolas, herbicidas e fertilizantes, é interessante salientarmos que a cada variação positiva na demanda dos setores da economia da Região do Vale do Rio Pardo haverá um aumento nas importações da região, ou seja, grande parte da renda gerada na região será enviada para as demais regiões através da importação de insumos e também de produtos agropecuários, já que a região não consegue fornecer toda a produção agropecuária que é demandada internamente. Uma forma de contornar este problema, seria através da substituição de importações destes produtos, ou seja, a região teria que internalizar a produção destes bens. Segundo Souza (1993), as importações indicam de alguma forma as indústrias a serem desenvolvidas em primeiro lugar, tendo em vista a dimensão mínima do mercado.

Uma questão a ser colocada é se a região teria condições de aumentar a produção de produtos agropecuários de consumo final sem um aumento de custos, ou se é mais vantajoso continuar importando estes produtos. Segundo dados de um estudo realizado pela Secretaria da Agricultura de Santa Cruz, o município tem espaço para se dedicar a várias culturas, tendo em vista um grande mercado a descoberto quando comparada a produção e o consumo. A Tabela 23 a seguir mostra a produção e o consumo de alguns produtos em Santa Cruz,

cidade pólo da Microrregião Fumicultora.

Tabela 23: Produção X Consumo de alguns produtos em Santa Cruz do Sul no ano 2000

Produto	Produção (toneladas/ano)	Consumo (toneladas/ano)
Aipim	96	324,48
Alface	92	215,38
Beterraba	66,50	228,18
Cebola	180	724,88
Cenoura	95,83	401,54
Chuchu	48	192,92
Couve-flor	112,30	256,15
Tomate paulista	135	646,10
Abacaxi	-	172,16
Banana	25	829,40
Bergamota	42	221,91
Laranja	120	700,17
Limão	18	189,44
Maçã	-	419,24
Mamão	-	760,45
Manga	-	247,59
Melancia	9	1.137,30
Melão	7,50	246,38
Morango	32	211,38
Uva	10	137,54
Carne de aves	1.120	1.843,92
Carne bovina	-	3.972,80
Carne ovina	-	212,68
Leite	11.035	14.196
Ovos	36	328,03
Batata	360	1.509,30

Fonte: REETZ, Erna. *Santa Cruz terá programa para fortalecer agricultura familiar*. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 17 de abr. 2000. Rural, p.07.

Quanto as exportações regionais, verifica-se que o setor fumageiro exporta aproximadamente 99,83%³⁶ da sua produção, seguido de perto pela indústria da borracha que exporta em torno de 99,53% da sua produção, logo após vem as outras indústrias alimentares com 98,21% de sua produção exportada. Outro dado importante obtido da Matriz de Insumo-Produto Regional, é que a indústria

³⁶ Tabela 3 em anexo.

da perfumaria que é composta de sabões, velas e óleos em geral importa 45,08% do que é demandado deste setor na região. Ou seja, há uma lacuna neste setor produtivo. Se, após pesquisar o custo/benefício da internalização desta produção na região, verificar-se que é vantajoso produzi-lo internamente, seria interessante incentivar este setor como alternativa de diversificação produtiva regional, dado que este setor possui um efeito de encadeamento vertical de R\$ 1,5602, ou seja, é o setor que provoca a maior repercussão na produção total da economia, dada uma variação unitária da demanda final neste setor.

Os setores que tem um maior efeito multiplicador sobre a produção são: a indústria da perfumaria (1,56), a indústria do fumo (1,53), a indústria da madeira (1,50) e a indústria da borracha (1,45). São portanto, setores com elevado efeito de arrasto³⁷. Além destes, destaca-se a indústria do mobiliário (1,43) (Spies, 1997).

A indústria do fumo tem um efeito de arrasto de R\$1,53 e um efeito de expansão de R\$ 1,24. O coeficiente de interdependência interna total deste setor é de R\$1,24. Este setor tem sido motivo para várias pesquisas e estudos, pois participa com aproximadamente 68%³⁸ do Valor Bruto da Produção Regional, o que torna o Vale do Rio Pardo totalmente dependente desta atividade produtiva. O setor fumageiro não vende sua produção para nenhum outro setor produtivo regional e exporta 99,83%³⁹ da sua produção, fator positivo pois gera divisas para a região, mas, em contrapartida, importa 36%⁴⁰ dos insumos que utiliza. O fumo apesar de exercer um efeito de arrasto de R\$1,53 na região, ou seja, é o segundo setor regional com maior efeito multiplicador sobre a produção, é um setor que pelo grau de dependência desta região em relação a ele torna toda a economia regional vulnerável a qualquer mudança na sua produção.

³⁷ O efeito multiplicador ou efeito de arrasto, é a repercussão na produção total da economia, provocada por uma variação unitária da demanda final de um setor específico.

³⁸ Tabela 1 em anexo.

³⁹ Tabela 3 em anexo.

⁴⁰ Tabela 4 em anexo.

Confirmando os dados acima, temos alguns dados obtidos no Censo Agropecuário 1995-1996, que comprovam a especialização produtiva regional, demonstrando a produção e área cultivada de cada município desta Microrregião Fumicultora. O município de Agudo, possui 53,57% da sua área cultivada com fumo e aproximadamente 59,1% dos seus estabelecimentos rurais dependem desta cultura; no município de Arroio do Tigre, 60,45% dos estabelecimentos produzem fumo ocupando 46,16% da área cultivada do município.

Em Barros Cassal, 69,9% dos estabelecimentos produzem fumo, ocupando 38% da área cultivada do município. Em Boqueirão do Leão 67,71% dos estabelecimentos produzem fumo e ocupam 51% da área cultivada do município; em Candelária 66,82% dos estabelecimentos produzem fumo e ocupam 38,86% da área cultivada do município. Cerro Branco, pequeno município desta Microrregião tem 66,19% da sua área cultivada com fumo e 74,43% dos seus estabelecimentos rurais dependem desta atividade produtiva. Gramado Xavier cultiva fumo em 84,34% dos seus estabelecimentos ocupando 67,87% da área cultivada do município. Ibarama, município da área serrana regional tem 77,43% dos seus estabelecimentos produzindo fumo em 77,02% da sua área cultivada. Passo do Sobrado produz fumo em 78,09% dos seus estabelecimentos ocupando 57,09% da área cultivada do município. Santa Cruz do Sul cultiva fumo em 71,74% dos seus estabelecimentos rurais, ocupando 63,25% da área cultivada do município.

O município de Segredo produz fumo em 72,35% dos seus estabelecimentos ocupando 66,66% da área cultivada neste município. Sinimbu produz fumo em 79,86% dos seus estabelecimentos rurais e em 78,54% da área total cultivada no município. Sobradinho cultiva fumo em 65,17% da sua área e em 68,80% dos seus estabelecimentos. Vale do Sol produz fumo em 86,28% dos estabelecimentos rurais e em 81,93% da área cultivada do município. Venâncio Aires cultiva fumo em 62,04% dos seus estabelecimentos rurais ocupando 54,41% da área cultivada do município e Vera Cruz cultiva 59,63% da sua área

com fumo, tendo 73,62% dos seus estabelecimentos rurais envolvidos com esta atividade produtiva.

Quanto as outras indústrias alimentares, essas possuem um efeito de arrasto de R\$ 1,19 e um efeito de expansão de R\$ 1,02. O coeficiente de interdependência interna total deste setor é de R\$1,02. Este setor participa em 8,25%⁴¹ do Valor Bruto da Produção Regional, mas, é um setor com baixo poder de encadeamento.

A indústria de bebidas tem um efeito de arrasto de R\$ 1,32 e um efeito de expansão de R\$ 1,07. O coeficiente de interdependência interna total deste setor é de R\$1,36. Este setor exerce um bom efeito multiplicador sobre a produção dos demais setores produtivos regionais, mas, importa cerca de 62%⁴² dos insumos que utiliza.

Já o setor metalúrgico tem um efeito de arrasto de R\$ 1,16 e um efeito de expansão⁴³ de R\$ 1,39. O coeficiente de interdependência interna é de R\$ 1,09. Este setor importa cerca de 78%⁴⁴ do total de insumos que utiliza, tal aspecto pode revelar, ou carência de setores produtivos na economia regional, ou um nível de produção regional incompatível com a demanda deste setor. Por ser um grande importador, este setor compra pouco dos setores produtivos regionais. O que demonstra o pequeno efeito deste setor sobre a dinâmica da economia regional (Spies, 1997).

A indústria da madeira exerce um efeito de arrasto de R\$ 1,49 e um efeito de expansão de R\$ 1,47. O coeficiente de interdependência interna deste setor é de R\$ 1,18. Portanto, este setor é extremamente importante para a economia

⁴¹ Tabela 1 em anexo.

⁴² Tabela 4 em anexo.

⁴³ O efeito de encadeamento horizontal ou efeito de expansão de um setor é o somatório da linha deste setor, esta soma indica o que este setor deve produzir direta e indiretamente quando a demanda de todas as indústrias aumentar em uma unidade.

⁴⁴ Tabela 4 em anexo.

regional já que é bastante interligado com os demais setores produtivos regionais, tendo um grande poder de alavancagem do emprego e renda regional. A indústria da madeira compra R\$ 0,24 do setor agropecuário a cada variação de R\$ 1,00 na sua demanda final e a indústria do mobiliário consome em torno de R\$ 0,25 da indústria da madeira a cada variação de R\$ 1,00 na demanda final de todos os setores produtivos regionais. Isto demonstra que a indústria do mobiliário consome $\frac{1}{4}$ da produção adicional da indústria da madeira. Outro dado importante sobre este setor é que ele exporta em torno de 91,96%⁴⁵ da sua produção. Este setor importa em torno de 38%⁴⁶ do total de insumos que utiliza, possivelmente por haver carência destes insumos na região. O setor da madeira por ser dinâmico e bastante interligado com o setor do mobiliário, que também é um setor dinâmico na região, deveria ser incentivado de alguma maneira através de políticas regionais, por exemplo, possibilitando assim uma expansão da indústria do mobiliário sem uma diminuição das exportações de madeira da região.

A indústria do mobiliário exerce um efeito de arrasto de R\$ 1,43; um efeito de expansão de R\$ 1,01 e possui um coeficiente de interdependência interna total de R\$1,01. Isto demonstra que este setor tem um efeito multiplicador sobre a produção bastante relevante para a economia regional, é um setor que exporta em torno de 46%⁴⁷ da sua produção, é interessante acrescentar ainda que o comércio regional não consome a produção da indústria do mobiliário. Este setor também é propício a investimentos já que além de ser bastante interligado com os demais setores produtivos regionais, tem um forte encadeamento com a indústria da madeira, que por sua vez também tem um elevado efeito multiplicador sobre a produção. Segundo Erbes apud Souza (1993), com a integração, os diferentes setores tornam-se mais homogêneos e suscetíveis de desenvolverem-se, cada vez mais, em direção a um ótimo global.

A indústria da borracha tem um efeito de arrasto de R\$ 1,45 e um efeito de

⁴⁵ Tabela 3 em anexo.

⁴⁶ Tabela 4 em anexo.

⁴⁷ Tabela 3 em anexo.

expansão também de R\$ 1,45. O coeficiente de interdependência interna total deste setor é de R\$ 1,36. Ou seja, é um setor bastante encadeado na economia regional. O setor que mais consome deste, além dele mesmo, é o setor de calçados. A indústria da borracha adquire 58% dos seus insumos via importações e exporta 99,53% da sua produção. Como este é um setor bastante interligado com os demais setores produtivos regionais, é um setor propício a investimentos, pois o aumento da produção de uma atividade integrada expande direta e indiretamente a produção das atividades ligadas a ela. Quanto maior a integração do parque produtivo local, menores serão os vazamentos dos efeitos de encadeamento em direção a economias exógenas.

A indústria da perfumaria tem um efeito de arrasto de R\$ 1,56 e um efeito de expansão de R\$ 1,007. O coeficiente de interdependência interna total deste setor é de R\$ 1,005. Esta indústria apesar de representar apenas 0,03%⁴⁸ do Valor Bruto da Produção Regional desencadeia o maior efeito multiplicador sobre a produção regional. Portanto, é o setor que mais compra insumos direta e indiretamente dos demais setores produtivos regionais, apesar de importar 84% dos insumos que utiliza. É interessante observarmos que a indústria da perfumaria é composta pela produção de sabões, velas e óleos em geral. Outro fator a ser salientado é que a extração de óleos é uma atividade que segundo estudos do governo estadual, além de ser altamente lucrativa tem mercado internacional garantido. Outro fator interessante, é que há a possibilidade de extração de óleo de produtos abundantes na região como a casca de laranja e a folha de eucalipto. Portanto, é um setor que mesmo pequeno na região tem potencial para integrar e impulsionar outros setores regionais, e por isso deveria ser merecedor de incentivos. Outro motivo para que haja incentivos para este setor, é que ele importa 45,08% da sua produção demandada na região, o que indica que há mercado para sua produção internamente também (Spies, 1997).

O setor de fabricação de artigos plásticos tem um efeito de arrasto de R\$1,07 e um efeito de expansão de R\$ 1,58. O coeficiente de interdependência

⁴⁸ Tabela 1 em anexo.

interna total deste setor é de R\$ 1,01. Como percebe-se este setor vende para quase todos os setores produtivos regionais, e dada uma variação de R\$ 1,00 na demanda final de todos os setores produtivos regionais, simultaneamente, este setor tem um efeito de expansão de aproximadamente R\$ 0,58. A indústria do plástico exporta em torno de 95,06%⁴⁹ da sua produção. Estes dados tornam-se interessantes tendo em vista que o plástico é um produto utilizado em quase todos os setores produtivos e, segundo várias pesquisas governamentais, é um setor com tendência de expandir cada vez mais. Além disso, este setor é altamente empregador de mão de obra e os artigos produzidos por ele podem ser fabricados por pequenas, médias e grandes empresas. A indústria plástica, também chamada de indústria de Terceira Geração, possibilitaria que a região produzisse aqui mesmo suas embalagens plásticas e os mais diversos objetos oriundos deste setor. Outro fator interessante sobre este setor é que o mercado para seus produtos não pára de crescer. Sabe-se que um carro, como esses que a General Motors vai produzir aqui no Estado, utiliza aproximadamente 70 quilos de plástico por automóvel, fato que mostra a possibilidade da região do Vale do Rio Pardo exportar seus produtos para aquela região do Estado. Além disso, o setor de fabricação de artigos plásticos é um dos setores que mais cresce atualmente na economia nacional⁵⁰ (Spies, 1997).

O comércio tem um efeito de arrasto de R\$ 0,98 e um efeito de expansão de R\$ 1,38. O coeficiente de interdependência interna total deste setor é de R\$ 1,01. Portanto, dada uma variação de R\$1,00 na demanda final deste setor, ele exerce um efeito de arrasto de R\$ 0,98. Constata-se que este setor não adquire insumos dos demais setores produtivos regionais. Um paradoxo que existe quanto a este resultado, é que Lajeado, cidade vizinha da Região do Vale do Rio Pardo, desenvolveu-se muito em função do comércio.

Sabe-se da necessidade da diversificação do parque produtivo regional,

⁴⁹ Tabela 3 em anexo.

⁵⁰ Jornal do Comércio do dia 29 de setembro de 1997.

dado o contexto de dependência que encontra-se a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul –RS e também, e principalmente, devido a atual flexibilização e mobilidade das empresas em deslocarem-se para locais onde os seus custos de produção sejam os mais baixos possíveis.

Essa diversificação do parque produtivo se dá através da implantação de atividades que se ligam tecnologicamente e via demanda final com outras atividades da área. A diversificação e o aumento do grau de integração intersetorial desenrola-se de três maneiras principais: a) pela implantação de pontos de articulação; b) pela redução do grau de vulnerabilidade dos complexos; e c) pela extensão simples das redes de atividades.

Souza (1999), sugere a adoção de uma estratégia de industrialização no interior das zonas agrícolas, de sorte a absorver maior volume da mão-de-obra excedente. Segundo este autor, a estrutura produtiva das pequenas cidades do interior baseia-se na produção agropecuária, o que justificaria o desenvolvimento da agroindústria e de pequenas e médias empresas. Uma estratégia de desenvolvimento regional desse tipo estaria reforçando as interdependências entre o crescimento econômico nacional e o crescimento local, com base no setor agrícola, o que reduziria os fluxos migratórios do campo para as cidades próximas e, destas, em direção às metrópoles nacionais(Souza, 1999).

Assim, a conseqüente expansão do emprego e da renda resultante estimularia o consumo de bens industriais, incluindo alimentos industrializados. Com o crescimento da demanda de alimentos e de matérias-primas, fruto da expansão do setor urbano-industrial, e conseqüente elevação da renda dos agricultores, estes passam a usar mais insumos modernos. Desse modo, o setor agrícola interage de modo crescente com a indústria, o comércio, os bancos e demais serviços. O aumento da produção nas áreas periféricas pode ser obtido, com maior facilidade, pela implementação de programas específicos, a exemplo do bem sucedido caso do projeto de feijão irrigado no Município de Itararé, em

São Paulo, segundo Souza (1999, p. 284).

Além disso, os órgãos de extensão rural poderiam trabalhar nesse sentido, inclusive incentivando a indústria caseira e a comercialização dos excedentes da produção rural. O aumento da renda dos agricultores estimularia a demanda de bens manufaturados, acelerando a integração dos setores agrícola e urbano-industrial. O beneficiamento de produtos agrícolas tem a vantagem de elevar o valor adicionado de artigos anteriormente vendidos sem qualquer processamento, estimulando-se tanto a agricultura, como a economia das pequenas cidades do interior do país, segundo Souza (1999).

A agroindústria tem sido considerada de fundamental importância no crescimento econômico, não apenas das áreas rurais, como também do meio urbano (Lauschner apud Souza, 1999, p.284). Além disso, a agroindústria amplia a renda regional, expande a base tributária e desenvolve atividades ligadas tecnologicamente. O beneficiamento e a transformação de produtos naturais exercem grande impacto sobre o crescimento do valor adicionado da economia. Além disso, por meio dos efeitos de encadeamento para a frente e para trás no sistema produtivo, eleva o grau de industrialização do resto do sistema, provocando maior difusão de tecnologias no espaço regional.

Outrossim, a implantação de agroindústrias possibilita a conservação de produtos perecíveis, absorção dos excedentes de produção de bens consumidos internamente e o incentivo ao aumento da produção agropecuária. Outra grande vantagem da agroindustrialização consiste na criação de demanda estável para produtos agrícolas, reduzindo os riscos das flutuações de mercado e dos excessos de produção em determinado ano.

Segundo Souza (1999), a implantação de pequenas unidades agroindustriais como as que beneficiam frutas e hortaliças poderiam ser disseminadas no espaço, de preferência acopladas a outros projetos de maior custo (irrigação,

recuperação de várzeas etc.). As agroindústrias de maior rentabilidade ajudariam a diluir custos de projetos que exigem grande volume de capital.

Assim, com o aumento da renda dos agricultores, ao manter estável a demanda por seus produtos, incentiva-se a adoção de inovações tecnológicas, elevando a produtividade agrícola. A expansão do emprego e da renda do meio rural provoca o aumento da demanda de produtos manufaturados (Souza, 1999).

Para se reduzir o êxodo migratório, Leite apud Souza (1999) propõe que se localize estas agroindústrias no campo, nos bolsões de mão-de-obra e de matérias-primas. Sua proposta consiste no desenvolvimento integrado da agricultura, da indústria e dos serviços nas próprias zonas rurais, envolvendo, de preferência, a população de mais baixa renda. Esse modo de industrialização ajudaria a substituir as velhas forças produtivas agrícolas por novas formas de organização da produção, geradoras de maior volume de emprego.

Além disso, o trabalhador rural adapta-se com maior facilidade ao processo produtivo agro-industrial nas zonas rurais, por estar em seu meio, do que nas grandes indústrias das cidades, onde deve sujeitar-se a um estilo de vida completamente diferente. Ao fixar o homem nas áreas agrícolas com escassez de mão-de-obra, a agroindústria gera um impacto positivo na oferta de alimentos; ao difundir novos processos de beneficiamento e de embalagem reduzindo a perecibilidade dos produtos, bem como as perdas durante a colheita e a comercialização, ela melhora o rendimento agrícola.

Acrescenta-se a isto que a alocação de recursos em setores industriais com fortes vínculos com o setor agrícola expande a renda do meio rural, promovendo, indiretamente, a transferência de renda para o setor urbano-industrial, em razão da expansão do mercado rural para produtos industriais.

Saliente-se que a formação de mercado interno para a indústria, por parte

da agricultura, não depende apenas da demanda de produtos manufaturados e de insumos modernos por parte dos agricultores, mas é função também da agroindustrialização, da ampliação das ligações intersetoriais e do aumento do nível de emprego nas zonas rurais. Não se pode desconsiderar as significativas interdependências existentes entre a agricultura e a indústria. O desempenho de um setor repercute-se no outro. No Rio Grande do Sul, cerca de 45% do produto interno bruto é gerado no interior do complexo agro-industrial; em toda a economia brasileira, esse percentual chega aproximadamente a 30% (Souza, 1996a).

Assim, a interação entre os setores é função da agroindustrialização e da adoção de inovações na agricultura, bem como da diversificação da produção agrícola. Como salientado anteriormente, a diversificação produtiva também é importante para evitar a dependência a poucos mercados.

Desse modo, a economia regional também precisa diversificar a pauta exportadora, através da redução dos custos de produção, de sorte a aumentar o número de produtos com maior competitividade externa e reduzir os impactos negativos da queda de preços ou de quantidades demandadas relativas a um produto específico.

Segundo Souza (1999), o aumento das exportações causa efeitos multiplicadores da renda e do emprego, uma crise externa, traduzida em queda de preços e/ou redução das quantidades exportadas, exerce um efeito multiplicador depressivo sobre as atividades de mercado interno. À medida que as exportações induzem o crescimento do setor de mercado interno, expande-se o mercado local e aumenta a produção interna de produtos anteriormente importados. A partir de então surgem fontes internas de crescimento e as exportações perdem importância como impulsionadoras exclusivas do nível de renda e emprego.

Elas continuam, no entanto, estratégicas para financiar importações de bens

de capital e para gerar economias de escala, ao abrir mercados externos para firmas que só abasteciam o mercado interno. Mudanças na propensão da economia a absorver seu próprio produto, eleva o nível da renda, mesmo com exportações constantes. De modo geral, à medida que as economias vão desenvolvendo o setor de mercado interno, a participação das exportações no produto total se reduz, mesmo com exportações crescentes em termos absolutos.

Assim, o objetivo do desenvolvimento é construir uma gestão regional de forma a colocá-la em situação competitiva, eqüitativa e participativa nos cenários estadual, nacional e internacional. Assim como, potencializar uma crescente capacidade de apropriação do excedente econômico, reinvesti-lo na região, dar sustentabilidade no tempo e aumentar a diversificação.

Alem disso, o desenvolvimento de uma região é um processo de mudança localizado com melhorias políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e individuais; é o reflexo do que ela pensa de si própria. Assim, a identidade torna-se essencial para compreender-se a complexidade da dinâmica territorial.

CONCLUSÃO

O processo de especialização produtiva da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS foi gradativo e se efetivou após a chegada das empresas fumageiras multinacionais. A vinda destas empresas teve como conseqüências a desnacionalização da indústria fumageira local e o domínio do capital oligopolista internacional nesta região.

Resgatar o processo de desenvolvimento desta Microrregião levando em conta os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais possibilitou-nos algumas conclusões contrárias ao senso comum regional e que merecem ser revistas em próximos trabalhos. Porém, os dados estatísticos que coletamos não deixam margem a dúvidas, até a década de sessenta a região possuía uma matriz produtiva diversificada concomitantemente com um produto principal, o fumo, que gradativamente expandiu-se na região.

Os resultados deste trabalho apontam como fatores determinantes da gradativa expansão desta cultura e posterior especialização produtiva regional várias causas, entre as quais as que se destacam são as seguintes:

- 1) A política de crédito rural, devido, principalmente a dois fatores :
 - Primeiramente por não haver nenhuma política de crédito rural até novembro de 1965, fato que estimulou a opção dos produtores por (a partir de 1920) se

atrelarem a alguma fumageira que lhes financiasse a safra.

- Pelo fato de, a partir de 1965, quando da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, 40% de todo crédito de custeio repassado à produção de fumo no Brasil ter sido enviado ao RS.

2) A política de financiamento do desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil. Tal política teve lugar a partir de meados dos anos 60 e serviu de contraponto ao *Sistema Nacional de Crédito Rural* no que se refere ao setor a jusante da agricultura. Seus resultados foram bastante positivos, permitindo o crescimento da oferta de alimentos processados no mercado interno e garantindo competitividade aos produtos manufaturados e semimanufaturados de origem agropecuária do Brasil no exterior. O fumo foi um destes produtos, o que fez com que esta produção aumentasse em detrimento das demais culturas.

3) O preço do fumo foi fator de suma relevância para a especialização produtiva regional pois foi o produto que melhor se adaptou às oscilações do mercado, e já em 1901 (observar dados da Tabela 12) superava o valor dos demais produtos em até 6,5 vezes, como é o caso da batata.

4) A garantia da comercialização do fumo ao final de cada safra também foi decisivo por se tratar de um bem agrícola e portanto perecível. Isto não acontece, por exemplo, com os demais produtos agrícolas regionais como o feijão, o milho, o tomate, a cebola, o alho, etc. que têm um mercado incerto.

5) A assistência técnica oferecida aos produtores pelas empresas fumageiras, bem como o pagamento do frete da casa do colono até a indústria, efetuado pela fumageira.

6) A concorrência enfrentada pelos produtos tipicamente gaúchos como milho, arroz, cebola, batata, feijão e mandioca, com a produção de outros estados brasileiros a partir dos anos 50.

7) A melhoria do sistema de transportes facilitou tanto a especialização produtiva regional quanto a própria importação de manufaturas.

8) A tradição, já secular do plantio de tabaco na região, aliada ao fato de tratar-se de cultura intensiva em mão-de-obra e que não exige muita terra nem maquinários.

9) A implantação do seguro mútuo da Afubra, que assegura a produção contra granizo, vendaval e queima de estufa, reduzindo os riscos do pequeno produtor.

10) Finalmente, e fundamentalmente, a vinda das multinacionais para a região que fomentaram inovações no sistema de produção, fazendo com que a qualidade e produtividade do fumo regional permitissem maior competitividade do produto no mercado internacional de fumo.

Assim, dada a gradativa especialização produtiva regional e a consolidação desta especialização após os anos 60 este trabalho oportuniza - nos um olhar cauteloso sobre a situação, já que este dado nos possibilita vislumbrar esta Microrregião como um *local* dependente e vulnerável ao *global*, ou seja, as decisões econômicas e políticas pertinentes ao principal produto regional estão fora do alcance das pessoas que são parte deste *local*.

Acrescenta-se a isto que a partir do ano de 1996 tem-se verificado no mundo um processo geral de globalização, devido à flexibilização do processo produtivo das empresas. A produção em série, em larga escala, característica do fordismo, está cedendo lugar a um modo de produção em que as unidades produtivas são de menor tamanho e mais especializadas. Assim, a produção de determinado produto ou componente passa a ser efetuada no país ou região onde o custo de produção for menor. Desse modo, fábricas são abertas em países como a China, Indonésia, Filipinas, México ou Brasil. No interior de um país de dimensões

continentais como o Brasil, essa mobilidade espacial das indústrias está ocorrendo entre os Estados. Empresas do Sul e do Sudeste deslocam filiais para Estados do Nordeste, como Bahia e Ceará, em busca de mão-de-obra mais barata e de incentivos fiscais (Souza, 1999).

Tendo em vista que inúmeros países estão abrindo suas economias, a concorrência entre os países está aumentando, o que lhes obriga a manter elevados padrões de eficiência. Isso implica informatização e robotização, com desemprego tecnológico, como está ocorrendo no Brasil, por exemplo, na indústria automobilística. Desse modo, os investimentos precisam ser ainda maiores, para acelerar a criação de novos empregos.

Portanto, a diversificação produtiva cada vez mais discutida no país como a fórmula mais adequada para melhorar a renda da propriedade rural, bem como possibilitar a fixação do homem no meio rural, proporcionar o aumento da produção agrícola e ainda uma menor dependência dos produtores a um único produto, certamente possibilitará um aproveitamento integral da terra, otimizando a sua exploração, sem ser predatória e exaurir suas condições.

Especialmente em nosso meio, onde a produção primária possui inegável importância pelo fornecimento de insumos às indústrias de transformação de grande porte, a adoção da diversificação rural e a implantação de agroindústrias, como complementação das grandes culturas, serviria de importante acréscimo econômico e avançado caminho por onde poderiam trilhar com êxito nossos agricultores. Que não se perca de vista esta importante oportunidade que começa a se desenhar em nossa região. Assim, toda e qualquer iniciativa que possa incentivar uma nova prática de aproveitamento econômico da produção agrícola deve ser fomentada não só pela importância inestimável que possui, como por possibilitar uma menor dependência econômica regional das decisões das empresas fumageiras multinacionais.

Assim, concluímos que a região tem no seu seio o motor do seu

crescimento. Portanto, compatibilizar a produção tradicional com as novas, e interrelacionar os efeitos na matriz produtiva são possibilidades para o desenvolvimento e diversificação da economia regional.

ANEXOS

ANEXO A – TABELAS

ANEXO B – MATRIZ DE INSUMO – PRODUTO DA REGIÃO DO VALE DO RIO
PARDO

ANEXO C – MATRIZ INVERSA DE LEONTIEF

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- AFUBRA – *Perfil do Fumicultor Brasileiro*. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1996. (folder).
- 2- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Colonização*. Relatórios Diversos, 1863, 1864, 1870, 1873 e 1876,1879.
- 3- BARTHOLOMAY, Gaspar. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Typographia Lamberts & Riedl, 1922.
- 4- BECKER, Dinizar F. *Estudos setoriais e regionais comparados – ESCORE* (versão preliminar para discussão), 1999.
- 5- BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul V ANNO*. Anos de 1925-1926-1927. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Federação, 1928.
- 6- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Quadro Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1868, p.90.
- 7- BOLETIM DE SERVIÇO DO IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Suplemento.
- 8- CARRION Jr., Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul – Evolução Recente. In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (Org.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.403-424.
- 9- CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1972. 193 p.
- 10- CINTRA, Antônio O., HADDAD, Paulo R. (Org.) *Dilemas do Planejamento*

urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- 11- CLEMENTE, Ademir. *Economia Regional e urbana*. São Paulo: Atlas, 1994.
- 12- CONSELHO Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. 1ª parte. Santa Cruz do Sul: COREDE – VRP: EDUNISC, 1998. 140p.
- 13- _____ . *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. 2ª parte. Santa Cruz do Sul: COREDE – VRP: EDUNISC, 1999. 84p.
- 14- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Brasil: Bertrand, 1997.
- 15- CUNHA, Jorge Luiz. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 184 p.
- 16- _____ . *A família na colônia de Santa Cruz do Sul*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1983.
- 17- DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. (Org.) *RS: imigração & colonização* (por) Aldair Marli Lando (et al.) 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- 18- _____ . *RS: Economia e política* (por) Guilhermino César e outros. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- 19- DELGADO, G.C., GASQUEZ, J.G. e VILA VERDE, C.M. (Org.) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. (Série IPEA, 127).
- 20- ETGES, Virginia E. *Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, RS.

1991. 209p.

- 21- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos Imigrantes*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Universidade de Caxias do Sul, 1983.
- 22- FOCHEZATTO, Adelar, PORTO JÚNIOR, Sabino da S. *Matriz de insumo-produto da Região do Vale do Rio Pardo - RS*. Departamento de Ciências Econômicas: UNISC, 1996.
- 23- FONTOURA, Sandra Regina Haas da. *A cultura no desenvolvimento do turismo em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 1999. (Dissertação para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional).
- 24- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do censo agropecuário. – 1970-1980; v.4 (1985)*. Rio de Janeiro : IBGE, 1973.
- 25- _____, Coordenação do Censo Agropecuário.-1970- *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro : IBGE, 1974.
- 26- _____, *Censo Agropecuário 1995-1996. número 22 Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1996. 323p.
- 27- FÜRSTENAU, Vivian. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-84*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. 109p.

- 28- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- 29- GODINHO, Rute E. et.al. *CEBRAP: Estudos de população: VI* Santa Cruz do Sul. São Paulo: CEBRAP, 1980. 245p.
- 30- HADDAD, Paulo R. *Regiões, Regionalismo e Desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: algumas reflexões*. In: Indicadores Econômicos. Porto Alegre: FEE, v.21, N2, Agosto de 1993.
- 31- HELFER, Inácio, SILVEIRA, Ronie A. Teles da, AGNES, Clarice (Org.) *Normas para apresentação de trabalhos de pós-graduação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 40p.
- 32- _____
Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos. 4.ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 47p.
- 33- KAGEYAMA, Angela (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C., GASQUEZ, J.G. e VILA VERDE, C.M. (Org.) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. (Série IPEA, 127).
- 34- KARNOPP, Erica. *A pequena produção familiar rural: reserva para o capitalismo em expansão*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM/CCR, 1995.
- 35- KRAUSE, Silvana. *Economia, Política e Religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1991. 259p.

- 36- KRUGMAN, Paul. *Development, Geography, and Economic Theory*. The MIT Press. Cambridge, Massachussets. London, England, 1995.
- 37- LENZ, C., SCHNACK, J.J., SCHNEIDER, H. *Memórias de Brummer*. Trad., introd., notas, Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST/ Nova Dimensão, 1997.
- 38- LIEDKE, Élida Rubini. *Capitalismo e camponeses (relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul*. Brasília: UNB, 1977 (mimeog.).
- 39- MENESES, Vladson. Clusters e desenvolvimento regional. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 30 de Abril de 1998.
- 40- MONTALI, Liliam. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. USP, 1979.167p.
- 41- MULLER, Carlos Alves. *A História Econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.
- 42- MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (Org.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.358-402.
- 43- MUNHOZ, Décio G. *Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- 44- NAISBITT, John. *Paradoxo Global: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos.* John Naisbitt; tradução Ivo Korytovski. Rio de Janeiro: Campus,

1994.

- 45- *PERFIL REGIONAL*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, ano I, n.º 1, julho de 1998.
- 46- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- 47- REETZ, Erna. *Santa Cruz do Sul terá programa para fortalecer agricultura familiar*. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 17 abr. 2000. Rural, p.07.
- 48- RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA AFUBRA. Santa Cruz do Sul, 1999.
- 49- RICHARDSON, Harry W. *Insumo-produto e economia regional*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- 50- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, RS, v.1 e v.2, 1969.806p.
- 51- OCDE. *Boosting Innovation - The Cluster Approach*. Paris: OCDE, 1999.
- 52- SANDRONI, Paulo (Org. e Supervisão). *Novo Dicionário Econômico*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- 53- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- 54- SEFRIN, Guido. *AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil - 40 anos. (O fumo no Brasil e no mundo)*. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, RS.1995,185p.
- 55- SILVA, Carina Panke da. *A industrialização de Santa Cruz do Sul*. Artigo

apresentado à disciplina de Gestão e Competitividade Empresarial do prof. Dr. Milton Wittmann. Santa Cruz do Sul, 1998.

- 56- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *A produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul / RS: o lugar dos safristas na terra do fumo*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. (Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia).
- 57- SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.
- 58- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.
- 59- _____. *Diagnóstico econômico do município de Dom Pedrito*. Porto Alegre: Fundação universidade-empresa de tecnologia e ciências, 1995.
- 60- _____. *Desenvolvimento econômico*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- 61- SPIES, Rosalice Silva. *O impacto de uma variação na demanda regional final sobre a produção do Vale do Rio Pardo - RS*. Santa Cruz do Sul: Curso de Ciências Econômicas da UNISC, 1997. (Monografia apresentada para graduação em Economia).
- 62- UMMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Trad. e notas de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST/ Nova Dimensão, 1997. 3ª ed. 108p. ilustr. (Coleção "Imigração Alemã").

- 63- URBIM, Carlos. *Rio Grande do Sul: um século de história*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- 64- VIEIRA, José Maria Gouvêa. *O capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- 65- VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1994. (Dissertação para obtenção do título de Mestre em História Social).
- 66- WILLIAMSON, John. *A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional*. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- 67- ZERO HORA. *História ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, julho de 1998.
- 68- _____. *A Imigração Alemã 175 anos*. Porto Alegre, 24 de julho de 1999, p.1-12.
- 69- _____. *Imigração Alemã 175 anos*. Porto Alegre, 25 de julho de 1999. Caderno de Economia, p. 1-5.